



Universidade Federal do Sul da Bahia- UFSB
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação- PROPPG
Programa de Pós-Graduação em Ensino de Relações Étnico-Raciais- PPGER

JEANE BORGES DOS SANTOS

**HISTÓRIA DE VIDA: DECOLONIALIDADE DOS SABERES, MEMÓRIA E
ANCESTRALIDADE NO QUILOMBO BARRO PRETO – JEQUIÉ/BA**

Orientador: Prof^a Dr^a. Eliana Póvoas Pereira Estrela
Brito

PORTO SEGURO-BA

2021

JEANE BORGES DOS SANTOS

**HISTÓRIA DE VIDA: decolonialidade dos saberes, memória e ancestralidade no
quilombo Barro Preto – Jequié/BA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Sul da Bahia, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais – PPGER para obtenção do título de Mestre em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Dra. Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito

PORTO SEGURO-BA

2021

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Universidade Federal do Sul da Bahia – Sistema de Bibliotecas

S237h Santos, Jeane Borges dos, 1981 -

História de vida: decolonialidade dos saberes, memória e ancestralidade no quilombo Barro Preto – Jequié/BA. / Jeane Borges dos Santos. – Porto Seguro, 2022.

100 p.

Orientadora: Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Sul da Bahia.
Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais.
Campus Sosígenes Costa.

1. História de vida. 2. Decolonialidade - Saberes. 3. Memória. 4.
Ancestralidade. I. Brito, Eliana Póvoas Pereira Estrela. II. Título.

CDD: 920.0089

JEANE BORGES DOS SANTOS

HISTÓRIA DE VIDA: DECOLONIALIDADE DOS SABERES,
MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE NO QUILOMBO BARRO PRETO – JEQUIÉ/BA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências - CSC, da Universidade Federal do Sul da Bahia, como requisito final para obtenção do título de Mestra em Ensino e Relações Étnico-Raciais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliana Póvoas Pereira Estrela Brito

Aprovada em: 08 / 12 / 2021

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Eliana Póvoa Pereira Estrela Brito (Orientadora)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)



Prof. Dr. Gean Paulo Gonçalves Santana (Examinador Interno) Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)



Prof.^a Dr.^a Adriana Maria de Abreu Barbosa (Examinadora Externa)
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Dedico este trabalho a todas as minhas ancestrais negras, à minha avó paterna Antônia Borges dos Santos (*in memoriam*), à minha avó materna Alcina Maria (*in memoriam*). À dona Judite (*in memoriam*) que nos recebeu de forma acolhedora e a todas as mulheres do Quilombo Barro Preto.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado, protegido e dado sabedoria durante esta caminhada.

À minha orientadora, a professora Eliana Póvoas Estrela Brito, pela paciência, guiando-me e orientando-me durante o estudo e desenvolvimento da pesquisa. Muito obrigada, por tudo!

À minha família, por ter sido o meu alicerce e inspiração. Obrigada por ensinar-me sobre a persistência, o respeito e a valorização dos saberes ancestrais do nosso povo.

Ao meu esposo, Ariskleber Moraes Santos pelo apoio, incentivo e aconselhamento durante os momentos mais difíceis.

À minha filha Ayla Borges Moraes Santos por ter sido filha, amiga e companheira durante todos os momentos, inclusive durante as participações das aulas, quando ela precisava me acompanhar.

Às minhas amigas, Charlene Ribeiro, Joelma Almeida, Jodilce Pereira (Biriba Pataxó da Aldeia Pataxó Coroa Vermelha) pelo apoio e companheirismo.

Aos meus colegas do grupo de pesquisa e orientação pela socialização dos conhecimentos, compartilhamento das leituras e descontração nos momentos mais difíceis.

Aos professores Emerson Araújo e Domingos Ailton por terem se dedicado à realização do resgate das histórias do município.

À professora Adriana Barbosa e ao professor Gean Santana pela leitura qualificada da pesquisa. Muito obrigada pela atenção!

Por fim, agradeço a todos e todas que direta e indiretamente me apoiaram e contribuíram para que este momento acontecesse.

SUMÁRIO

RESUMO	07
ABSTRACT	08
LISTA DE FIGURAS	09
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	10
1- INTRODUÇÃO	11
2- MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA E IMPLICAÇÕES COM A PESQUISA	20
3- HISTÓRIA DO QUILOMBO BARRO PRETO	28
3.1 Conceituando quilombo	28
3.2 Presença do negro: o laborar, o festejar e cultuar	29
3.3 A ancestralidade indígena e africana	31
3.4 Educação escolar quilombola	36
4- FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	43
4.1 Os estudos decoloniais	43
5- COAUTORES DA PESQUISA	47
5.1 O método história de vida	47
5.2 Dona Tereza: luta, sabedoria e pertencimento	51
5.3 A história do senhor Basílio	60
5.4 Dona Judite: vida, cura e proteção	70
PRODUTO FINAL	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	84
SOBRE A AUTORA	88

HISTÓRIA DE VIDA: decolonialidade dos saberes, memória e ancestralidade no quilombo Barro Preto- Jequié/BA

RESUMO

O presente trabalho consistiu investigar junto à comunidade quilombola do Barro Preto em Jequié/BA os aspectos históricos, sociais, culturais e políticos que fazem parte da vivência e memória da comunidade. Assim sendo, partimos do princípio de que os territórios quilombolas são espaços marcados pela ancestralidade africana, pela resistência e pelos saberes tradicionais. Nesse sentido, esses saberes necessitam ser valorizados, pois a história oficial procurou retratar o ponto de vista unicamente representado pela visão hegemônica. Na contramão desse pensamento colonial, os estudos decoloniais buscam valorizar os saberes não eurocentrados, que resistiram ao processo de colonização do saber/poder. Vale ressaltar que precisamos ressignificar as concepções estereotipadas construídas em torno da desvalorização dos povos negros e indígenas. Nesse contexto, procuramos perceber, valorizar e reconhecer as formas de resistências, bem como, a forma como esses saberes decoloniais se manifestam no Barro Preto. Para tanto, esta pesquisa foi realizada a partir das contribuições das narrativas de vida dos griôs, ou seja, dos mestres que guardam na memória a história e os saberes ancestrais da comunidade. Sendo assim, usamos como arcabouço teórico as contribuições dos pesquisadores HALL (2019), MBEMBE (2018), LIMA (2020), MUNANGA (2016), SANTOS (2008), MOURA (2005), entre outros. Os resultados da pesquisa permitiram-nos conhecer a formação social do Barro Preto originada a partir das Relações Étnico-raciais africanas e indígenas, bem como, o culto aos ritos, garantido assim, os ensinamentos dos saberes ancestrais.

Palavras-chave: História de vida, Decolonialidade dos saberes, Memória e Ancestralidade

LIFE HISTORY: decoloniality of knowledge, memory and ancestry in the quilombo Barro Preto- Jequié / BA

ABSTRACT

The present work consisted of investigating together with the quilombola community of Barro Preto in Jequié / BA the historical, social, cultural and political aspects that are part of the community's experience and memory. Therefore, we assume that quilombola territories are spaces marked by African ancestry, resistance and traditional knowledge. This way, this knowledge needs to be valued, as the official history sought only to portray the point of view represented by the hegemonic vision. Against this colonial thought, decolonial studies seek to value non Eurocentric knowledge, which resisted the process of colonization of knowledge / power. It is worth mentioning that we need to reframe the stereotyped conceptions built around the devaluation of blacks and indigenous people. In this context, we seek to perceive value and recognize the forms of resistance, also how this decolonial knowledge movements manifest themselves in Barro Preto. For that reason, this research was possible because of the contributions of the griots, which are, masters who keep in memory the history and ancestral knowledge of Community. Therefore, we use as a theoretical framework the contributions of researchers like, HALL (2019), MBEMBE (2018), LIMA (2020), MUANGA (2016), SANTOS (2008), MOURA (2005), among others. The results of the research allowed us to know that the social formation of Barro Preto originated from African and Indigenous Ethnic-Racial Relations, as well as the cult of ancient Gods, guaranteeing than the teachings of ancestral knowledge.

Keyword: Life history, Decoloniality of knowledge, Memory and Ancestrality

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Estação de trem no município de Santa Inês

Figura 2 - Máquinas da antiga fábrica de café

Figura 3- Festejos do município

Figura 4- Festejos do município: cortejo indo de Santa Inês à Palestina

Figura 5- Foto flagrante da construção da Ponte Theodoro Sampaio que liga o centro de Jequié ao bairro do Mandacaru

Figura 6- Rua da linha

Figura 7- Abarracamento do Barro Preto

Figura 8- Pátio do CEDMS

Figura 9- Muro do CEDMS

Figura 10- Atividades curriculares

Figura 11- Construção da Estação

Figura 12- Dona Tereza e Dona Adelaide, lideranças na Estrada de Ferro Nazaré-Jequié

Figura 13- Dona Tereza e dona Adelaide

Figura 14- Passe da estrada de Ferro

Figura 15- O Rio

Figura 16- Senhor Basílio, marceneiro, Quilombo Barro Preto

Figura 17- Senhor Basílio

Figura 18- Senhor Basílio

Figura 19- Vestiário do Campo de Futebol do Elza Leone

Figura 20- Senhor Basílio apresentação do uniforme da Minimaraton do SESC

Figura 21- Dona Judite, benzedeira do Quilombo Barro Preto

Figura 22- Centro de Umbanda Iansã Axé, Quilombo Barro Preto

Figura 23- Pesquisa do CEDMS

Figura 24- Mesa de Santo

Figura 25- Casa de senhor Pedro

Figura 26- Dona Judite e Senhor Pedro

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALJ	Academia de Letras de Jequié
CEDMS	Colégio Estadual Dr. Milton Santos
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
GETED	Grupo de Estudos em Teoria do Discurso
FCP	Fundação Cultural Palmares
PPGER	Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações
SESC	Serviço Social do Comércio
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UNEB	Universidade do Estado da Bahia

1- INTRODUÇÃO

A migração forçada dos africanos teve como objetivo a comercialização de seres humanos que foram escravizados, animalizados e explorados fisicamente e sexualmente durante diversos séculos. Assim sendo, esse processo de escravização arquitetado e executado pelos europeus visava subjugar uma etnia que vivia de acordo com os seus costumes, ritos e organizações políticas próprias. Portanto, as organizações sociais dos povos africanos não foram consideradas legítimas dentro deste processo de aculturação que tinha como um dos objetivos conseguir mão de obra para a exploração de terras alheias e consequentemente promover o enriquecimento da população europeia.

Ao longo deste processo de escravização, ao qual os negros foram submetidos, inúmeros africanos morreram durante as viagens e tantos outros em terra por conta dos maus tratos, excesso de trabalhado e falta de alimentação. Apesar das condições subumanas enfrentadas pelos negros em diáspora¹, a luta foi grande em torno da sua liberdade, pois a necessidade de sobrevivência causada pelas consequências do tráfico forçou homens e mulheres, que viviam em condições animalizadas, a lutarem por sua liberdade.

Entretanto, mesmo depois de 133 anos de alforria, a história ainda não deu conta de registrar os fatos a serem narrados pela visão do subjogado, pois pouco se fala sobre o processo de resistência dos negros em diáspora, os quais lutaram pela sua liberdade e a dos seus irmãos durante todo o processo escravagista. Para Achille Mbembe (2019, p.28) “A raça não passa de uma ficção útil, uma construção fantasmática ou uma projeção ideológica, cuja função é desviar a atenção de conflitos considerados, sob outro ponto de vista, como mais genuínos- a luta de classes ou luta de sexos por exemplo”. Assim sendo, foi a partir do discurso ideológico de superioridade racial, epistêmica, cultural e política que os brancos se apoiaram para subjugar, explorar e silenciar o povo africano.

Segundo Munanga e Gomes (2016) esse pensamento ainda faz parte da mentalidade social porque a ele estão atrelados diversos equívocos históricos sobre os processos de luta e resistência do nosso povo. Sendo assim, o primeiro deles não por ordem de importância, seriam as expressões negativas que são associadas

¹ Em relação ao conceito de diáspora Silva e Xavier (2018) acrescentam de forma geral que se trata do termo utilizado para designar a dispersão forçada dos povos africanos pelo atlântico e pelo hemisfério ocidental.

aos negros e negras ainda na atualidade, como por exemplo a associação da cor à pobreza, marginalidade, sujeira, feiura, dentre outros estereótipos. Um outro fator marcante, seria a falta de conhecimento da sociedade em geral ou até mesmo de intelectuais sobre os movimentos de luta e resistências realizados durante o processo de escravização. Talvez, esse pensamento ou a persistência nesta crença esteja associado ao desejo intencional de acreditar que o negro seja incapaz de se organizar socialmente, que houvesse conformidade com a sua condição submissa, ou até mesmo que a violência exercida pelos senhores de engenho não fosse algo tão maléfico para os escravizados.

Diante de todo esse processo de desvalorização e subjugação dos saberes dos nossos povos, a resistência tem sido realizada no intuito de desconstruir a ideia de que os saberes hegemônicos, do branco, do colonizador, do dominador sejam legitimados como verdade em detrimento dos saberes dos povos indígenas, quilombolas e povos pretos.

A nossa pesquisa foi realizada no município de Jequié-BA, situado sudoeste baiano, no Território Médio Rio das Contas. É importante acrescentar que município foi uma região habitada originalmente pelos povos indígenas, principalmente os das etnias mongoiós, cotoxós, os catuxós, pataxós e maracas, que saiam da região litorânea e vinham em busca de sobrevivência no leito do Rio das Contas. Entretanto, com a apropriação das terras pela família Sá Bittencourt, a região sofreu as primeiras modificações, sendo conhecida como Fazenda Borda da Mata, que passou a explorar pelos proprietários a mão-de-obra indígena e africana.

Por conta desta formação originária, com a presença dos povos indígenas e africanos que deixaram como herança os saberes e fazeres tradicionais, a Fundação Palmares reconheceu que o município possui um bairro quilombola, o Barro Preto, que fica localizado na periferia do município. O Bairro é formado por moradores com baixo poder aquisitivo, que sobrevivem de pequenos comércios, trabalhos informais, da feira livre da região, de trabalhadores e trabalhadoras autônomas, entre outros.

Nesse sentido, fazer o registro destes aspectos socioculturais é de extrema importância, já que a busca pelo reconhecimento e respeito destes saberes são objetos de luta desta comunidade que resiste aos apagamentos e preconceitos vividos na história.

Como fonte teórica de pesquisa sobre a gênese do município, teremos como autores principais os professores e pesquisadores Emerson Pinto de Araújo e Domingos Ailton. Vale ressaltar que os mesmos são responsáveis pela reconstrução da história de Jequié, a partir da publicação de textos que passeiam pelos gêneros textuais jornalísticos e literários.

O pesquisador Emerson P. de Araújo nasceu em Salvador, mas ao ingressar na carreira do magistério, a partir de aprovação no concurso público mudou-se para Jequié onde foi Diretor, professor de História da Educação e Sociologia Educacional. Dentre a suas principais contribuições para o desenvolvimento da cidade, podemos destacar: a Associação Cultural Dante Alighiere, a Associação Jequeense de Imprensa e a Fundação da Academia de Letras de Jequié (ALJ). Além da participação em diversas entidades, o professor Araújo também escreveu diversas obras, as quais são consideradas registros essenciais sobre a história do município, pois conseguiu resgatar fatos históricos sobre os primeiros habitantes, os aspectos sociais, econômicos e geográficos da região. Como principais obras produzidas e publicadas, temos: Fatos e coisas de Jequié, Dados sobre o município de Jequié, História de Jequié e A nova História de Jequié, sendo esta última utilizada como uma das fontes teóricas da nossa pesquisa.

O pesquisador Domingos Ailton, também é reconhecido e considerado como um dos principais escritores do município. Filho de Jequié, começou a escrever textos literários desde os seis anos de idade. A sua produção está marcada pelo registro dos aspectos regionalistas do Território Médio Rio das Contas. Dominginhos, como também é conhecido traz em suas obras o destaque da literatura regional. Ressaltamos que este resgate, também está relacionado aos espaços de fala reservados aos povos tradicionais, a partir do registro de forma poética sobre a cultura e saberes de origem indígenas e africanas, tais como a religiosidade, a cultura, culinária e a organização social. Dentre as suas principais obras temos: o documentário O Candomblé na cidade de Jequié, o romance Anésia Cauaçu, a revista Cotoxó e o livro Antônio Burocô, sendo estas duas últimas produções utilizadas como material de pesquisa para a escrita do nosso trabalho.

Quando comecei a trabalhar no Colégio Estadual Doutor Milton Santos (CEDMS- Escola Quilombola), situado na comunidade quilombola do Barro Preto, percebi o quão gratificante era estar presente em uma comunidade que tinha conseguido resistir às lutas travadas contra o apagamento da história e cultura

africana. Apesar de ouvir dentro dos muros da escola que a instituição de ensino era referência em educação escolar quilombola por conta das atividades desenvolvidas, a exemplo de projetos pensados no empoderamento dos estudantes negros, negras e quilombolas, a ideia do espaço como local de acolhimento e respeito das diferenças levou-me a questionar o que estava fora dos muros da escola que precisa ser valorizado, pesquisado e registrado, garantindo assim o lugar de fala desses moradores.

A minha relação com a comunidade em primeiro lugar está na minha identificação com as lutas raciais, a busca da valorização da cultura local e luta contra o apagamento da memória e silenciamento dos moradores e moradoras da comunidade. Além disto, este vínculo também acontece por fazer parte do quadro permanente de professores do Colégio Estadual Doutor Milton Santos-Quilombola e conviver com as vitórias e lutas na comunidade em relação às questões sociais, que são discutidas pelas lideranças nas associações (de bairro e quilombola), por fazer parte da Comissão Quilombola, por mim idealizada no momento em que fazia parte da Gestão Escolar e acolhida por alguns professores e estudantes quilombolas que sentiam a necessidade da existência de um grupo que discutisse as questões voltadas para a valorização da Educação Escolar Quilombola e educação antirracista, com o intuito de que essas reivindicações fossem levadas para o Colegiado Escolar, a fim de que houvesse dentro das pautas administrativas e pedagógicas as discussões específicas. Acrescento também, que participar das reuniões do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) com o intuito de discutir melhorias de vida para os estudantes e seus familiares foi de suma importância, pois o acompanhamento das atividades desenvolvidas, proporcionaram mais um momento, o de conhecimento e aproximação das famílias moradoras da comunidade.

A partir de então, a vontade de investigar o Barro Preto se justificou por considerar a comunidade como símbolo de resistência da cultura negra a partir dos aspectos históricos, culturais, políticos e religiosos que fazem parte da vivência da comunidade. Partindo deste pressuposto, consideramos ser de fundamental importância introduzir estes valores, saberes e símbolos, no contexto escolar, com o intuito de decolonizar o discurso eurocêntrico cristalizado pela hegemonia.

Consideramos ser necessário enfatizar que o objetivo de afirmar que esses aspectos devam ser levados em consideração, em especial, nos contextos

escolares, não fundamenta-se na idealização de que a comunidade seja constituída por uma única identidade, manifestação cultural, religiosa ou esteja organizada isenta de jogos de interesses, a exemplo de disputas religiosas, políticas, territoriais, dentre outras. Sendo assim, precisamos pensar a comunidade não como aquela com identidade fixa e estável, mas sim a que vive em constante transformação e movimento.

Dito isto, nosso problema de pesquisa se constituiu pela possibilidade de conhecer de maneira mais aprofundada a cultura comunitária do quilombo Barro Preto como forma de identificar valores, saberes e práticas que possam contribuir para que a escola trabalhe com estas dimensões em seu cotidiano. Busca-se ainda, identificar quais aspectos são relevantes na memória dos sujeitos que sirvam de ponto de intersecção entre a história pessoal, comunitária e as práticas sociais. O desafio é o de estabelecer fluxos de relações entre estas histórias e o cotidiano da escola Barro Preto, já que mesmo com a orientação da Lei 10.639 e 11. 645.

Para refletirmos sobre essas questões, partimos do princípio de que esses elementos que ligam determinado grupo social estão alicerçados em acontecimentos históricos, ritos sociais que “simbolizam ou representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação” (HALL, 2019, p.30).

Dentre esses acontecimentos históricos, o nascimento do Barro Preto merece destaque, já que ainda pela estrutura física de inúmeras residências conhecidas como abarracamento, construídas na proximidade da estrada de ferro, leva-nos a desejar que esses fatos não registrados sejam narrados pelos moradores, a fim de que a presença forçada do negro no desenvolvimento do município de Jequié seja relatada pela camada social que epistemologicamente teve o seu conhecimento desprestigiado em detrimento do saber colonizado.

Ouvir dos fundadores da comunidade a narração dessa fundação é trabalho de contranarrativa a um universo ideológico da superioridade racial. Como sabemos, o epistemicídio e a violência física sofridos pelo negro estava embasada em um conceito afirmado por Mbembe (2018) de superioridade de racial, na qual os brancos consideravam-se biologicamente, moralmente e socialmente superiores em relação às diferentes etnias. E nesse contexto, com o intuito de sustentar a exploração, o negro não era considerado como um ser sociável e sim, como uma mercadoria, ou seja, objeto de troca.

Foram das mãos dos negros escravizados e libertos que saiu a força necessária para levantar as primeiras construções da cidade. Também foram delas que saíram os quitutes, as cocadas, as vassouras e as roupas que eram lavadas a ganho na lagoa situada no Joaquim Romão e às margens do Rio das Contas, trabalhos esses que no final do século XIX e início do século XX eram desempenhados majoritariamente pela população negra, explorada e marginalizada.

É importante ressaltar que de acordo com Mbembe a noção de identidade compreendida pela visão europeia não se baseava no pertencimento mútuo ao mesmo mundo ou no “copertencimento” mas sim, na crença de que a lógica da vida estava centrada apenas na cultura europeia. Como consequência dessa lógica narcisista, denomina por Mbembe de autoficção, autocontemplação ou enclausuramento o negro e a raça passam a ser vistos como sinônimos e símbolo de repulsa.

Contrariando essa “lógica narcisista”, é de fundamental importância fazer esta investigação no campo, levando-se em consideração a opinião dos remanescentes quilombolas, ou seja, oportunizando que eles tenham garantido o seu lugar da fala e que possam com as suas histórias de vida colaborar para que os saberes dos ancestrais sejam respeitados na escola e na sociedade em geral.

Ainda existem diversos desafios para que as políticas de igualdade racial possam ser consideradas eficazes, pois permanecem incompreensões do que seja o quilombo e como vivem os seus remanescentes, ou seja, esses saberes, essas narrativas necessitam ser relatadas pelos griôs, isto é, pelos moradores mais velhos das comunidades.

Nesse sentido, a presente pesquisa torna-se importante porque propõe rupturas na construção hegemônica de saberes, oportunizando que os remanescentes quilombolas, moradores do Barro Preto possam contar a sua história e a sua relação com a comunidade de modo a ressoar nas práticas de ensino-aprendizagens da escola do Barro Preto. Certamente, perceberemos que é por meio da história vivida por uma comunidade que a sua existência se materializa, pois “cada grupo social empenha-se em manter uma semelhante persuasão junto a seus membros” (HALBWACHS, 1990, p.47).

É com a rememoração e respeito aos conhecimentos ancestrais que a cultura, as canções e os mitos são passados de geração para geração, permitindo que não haja o apagamento de um povo.

A vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou mesmo distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se a memória (HALBWACHS, 1990, p. 71)

Para Myrian Sepúlveda dos Santos em seu livro *Memória coletiva e teoria social*, a memória é associada à percepção do pertencimento a um mundo que envolve e constitui os indivíduos. Sendo assim, a sua preservação é necessária no sentido de como condição humana poder ser usado na defesa de justiça e liberdade.

A história dos negros sempre foi relatada nos espaços oficiais apenas pela visão europeia e essa versão foi ensinada a partir das práticas pedagógicas dos currículos eurocentrados existentes nas instituições escolares. Entretanto, hoje já não cabe mais a exclusão da cultura, da organização social, dos saberes ancestrais, da história, da resistência dos não-brancos do currículo escolar. Sendo assim, como forma de reverter a história contada sobre a ótica do colonizador, a escola precisa assumir o importante papel de desmistificar não só o período da invasão europeia, como sendo ato de desbravamento e “salvamento” dos povos originários, como também a justificativa de que a escravização foi necessária para o progresso da humanidade.

Foi por meio da memória coletiva que os relatos das lutas e resistências dos escravizados atravessaram o tempo e foram valorizadas de geração em geração. É importante relatar, que este legado vai muito além dos combates travados pela sobrevivência, ele também está expresso na linguagem, nas manifestações culturais, nas organizações sociais, isto, na filosofia de vida dos subjugados.

Atualmente, como ainda existe pouco material publicado sobre o nascimento da comunidade, os ritos sociais, as experiências de vidas dos moradores do Quilombo Barro, acreditamos que a presente pesquisa tem significativo valor social, por possibilitar que essas histórias de vida, sejam reconhecidas e valorizadas como legado africano.

Para tanto, a presente pesquisa intitulada de *História de vida: decolonialidade dos saberes, memória e ancestralidade no quilombo Barro Preto – Jequié/Ba*, encontra-se assim estruturada:

Introdução;

1. Minha trajetória de vida e implicação com a temática da pesquisa
2. História do Quilombo Barro Preto;
3. Fundamentação teórica;
4. Coautores da pesquisa;

Na introdução, abordamos a trajetória do negro no período da escravização, e conseqüentemente as lutas travadas pela sua libertação contra a colonização, subjugação e silenciamento.

O *I capítulo*, Minha trajetória de vida e implicação com a temática da pesquisa, apresenta a minha trajetória de vida e os aspectos que despertaram em mim o desejo pelo tema pesquisado. Além disso, trago informações de como o trabalho com a educação e conseqüentemente na comunidade quilombola do Barro Preto me motivaram a acolher essas histórias vivenciadas pelos moradores da comunidade.

O *capítulo II*, História do Quilombo Barro Preto, trará a origem histórica do Barro Preto, concretizado a partir da implantação da estrada de ferro que foi fundamental para a concentração e permanência da população negra, isto é, a junção dos negros na comunidade foi imprescindível para as manifestações e preservação dos costumes e religiões de matrizes africanas.

O *capítulo III*, Fundamentação teórica, trará o aporte teórico que nortearão essa pesquisa. Sendo assim, a pesquisa se norteará nos estudos decoloniais de HALL (2009), HALBWACHS (1999), MUNANGA E GOMES (2016), ARAÚJO (2017), dentre outros. A partir das contribuições dos referidos pesquisadores procuraremos abordar os estudos decoloniais, bem como realizar as análises dos dados coletados.

No *capítulo IV*, Coautores da pesquisa, será apresentado a metodologia história de vida, que terá como objetivo trazer as histórias marcantes de três pessoas da comunidade, que carregam na sua trajetória de vida a memória de práticas decoloniais e ancestrais a partir da história oral de dona Tereza, senhor Basílio e dona Judite.

Por fim, será apresentado o produto, ou seja, material didático produzido a partir da colaboração dos moradores com a pesquisa, para que o mesmo possa ser utilizado nas instituições escolares em geral e de modo especial nas escolas do quilombo.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e acolher as narrativas de vida das pessoas mais velhas do Quilombo Barro Preto como forma de resgatar, valorizar e fortalecer os saberes ancestrais nos espaços educativos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Identificar saberes da ancestralidade presentes no dia a dia e na memória da comunidade.
- Reconhecer formas de resistências utilizadas em favor da preservação dos saberes ancestrais.
- Contribuir com a valorização dos saberes decoloniais da localidade.
- Valorizar a cultura viva para que ela esteja presente no contexto escolar.
- Produzir material didático escolar para registro de novos dados oficiais-contranarrativas.

2- MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA E IMPLICAÇÕES COM A PESQUISA

Vozes-Mulheres

A voz de minha bisavó

ecoou criança

nos porões do navio.

ecoou lamentos

de uma infância perdida.

A voz de minha avó

ecoou obediência

aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe

ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias

debaixo das trouxas

roupagens sujas dos brancos

pelo caminho empoeirado

rumo à favela

(...)

Na voz de minha filha

se fará ouvir a ressonância

o eco da vida-liberdade.

(Evaristo, 2021.)

A epígrafe que abre esse texto nos possibilita refletirmos sobre o retrato da triste realidade vivenciada por inúmeras mulheres pretas que foram exploradas fisicamente, sexualmente e psicologicamente por mãos alheias em diferentes gerações. Nós, mulheres negras, podemos perceber como esses versos nos convocam para assumirmos uma postura de luta em memória de nossos antepassados, os quais resistiram socialmente, moralmente e politicamente à todas as formas de subjugação baseadas na questão racial.

A partir do canto poético do eu-lírico “as vozes” das mulheres negras ressoarão a partir de um eco que se repetirá inúmeras vezes em busca de liberdade,

pode ser compreendido simbolicamente como a função do cordão umbilical que é o elo vital entre quem gera e quem é gerado, ligando a bisavó a avó, a mãe e a filha a partir de um elo de sangue, de luta e de resistência que atravessa gerações. Assim sendo, foi o ressoar desta voz que atravessou o tempo me convocando para lutar pela liberdade, reconhecimento e respeito dos saberes do nosso povo.

Nesse sentido, mesmo as práticas colonizadoras tendo causado tantos danos aos negros e negras na época da escravização, os saberes da cultura africana foram preservados na medida do possível na culinária, na cultura, na língua e na religião, sendo fundamentais para a prática de resistência contra a aculturação do colonizador.

Bisneta de benzedeira, oleira e marisqueira conhecida como dona Maria Marculina dos Santos, minha bisavó paterna, foi uma mulher que trouxe na sua prática diária os saberes ancestrais herdados na luta pela sobrevivência contra a subjugação do poder dos coronéis. Sendo assim, foi com a energia de suas mãos que ela curava o nosso povo tão sedento de proteção. Na época morando no município de Aratuípe era trabalhando como oleira na Fazenda Cavalcante em companhia do seu irmão José Arlindo dos Santos, meu tio avô, que criou uns dos seus filhos, um deles o meu avô José Melanio.

O município de Aratuípe, localizado no Recôncavo Baiano faz parte de uma região que se situa próximo à de Nazaré das Farinhas, sendo durante muito tempo distrito desta e que foi fortemente violentada pelas ações do colonialismo. Não diferenciando das violações em outras regiões do país em Aratuípe também houve a dizimação dos povos indígenas e a exploração da força de trabalho dos negros africanos e seus descendentes durante e depois da época da escravização. Sendo assim, era do trabalho desenvolvido nestas fazendas que a população negra gastava a sua energia.

Atividade tradicional desenvolvida pela população menos favorecida no século XIX, a cidade ainda apresenta elevado número de olarias e como umas das principais atividades a produção de objetos feitos de cerâmica que são utilizados pela população, vendidos para turistas e também exportados. Entretanto, além da produção dessas peças de cerâmica, a população local também sobrevive da pesca artesanal e da agricultura.

Naquela época das dificuldades enfrentadas no dia a dia, como falta de acesso à saúde, aos direitos sociais, direitos econômicos, saneamento básico era a

ajuda de animais e plantas que auxiliavam as atividades cotidianas e garantiam a sobrevivência dos explorados. Do mangue vinha os mariscos, do braço de mar a tarrafa cheia de peixe quando saiam para pescar, da mata a seiva das folhas utilizadas para curar, do rio a água fonte da vida e do pisar do boi na terra molhada o barro para a produção da cerâmica e um cheiro bom de terra molhada de acordo com as lembranças da minha tia paterna, Zilzete Borges, moradora do município de Santa Inês.

Foi no município de Santa Inês, que a minha avó materna Alcina Maria encontrou meios de sustentar sua filha Creuza, a minha mãe e o seu filho Antônio. É no município, grande produtor de café que diversas famílias empregam-se nas fazendas trabalhando nas mais variadas atividades. A alta produção de café, foi umas das principais responsáveis pela construção de armazéns e a passagem da estrada de ferro Nazaré-Jequié.



Figura 01-“ Estação de trem no município de Santa Inês”

Fonte: www.estacoesferroviarias.com.br

A imagem acima apresenta logo a frente o prédio da estação ferroviária de Santa Inês, na parte de trás o armazém onde era utilizado para catar o café colhido nas fazendas dos coronéis da região e mais ao fundo localizado ao alto o prédio escolar em estilo colonial construído para funcionar a primeira escola do município. Atualmente, o município ainda possui diversos casarões e estilo colonial, que relembram a época do ciclo do café e do poder dos coronéis na região.



Figura 02-“ Máquinas da antiga fábrica de café”
 Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2021

A maquinaria apresentada na imagem acima faz parte dos restos de equipamentos que eram utilizados na fábrica de café pertencente a Mário Cravo e a sua família. Nesta época, o povoado de Cravolândia pertencia ao município de Santa Inês. A região que apresentava significativa presença de negros, tem em suas manifestações religiosas e culturais o registro dos saberes étnicos, do respeito aos valores ancestrais e da afirmação das identidades.

As regiões citadas são exemplos de representações das manifestações africanas, como por exemplo as rezas, os festejos de matrizes africanas, a lavagem das escadarias da igreja, dentre outras manifestações da cultura de origem africana. Foi presenciando e respeitando estas manifestações culturais da nossa região que eu cresci e fui educada, respeitando e participando das rezas realizadas na vizinhança, do caruru dos sete meninos, das rodas de história, das cantigas, das Caretas², do Bumba meu boi e do Terno de Reis.

Diversos membros da minha família trabalharam e moraram próximo à fábrica, situado no povoado da palestina, localizado na zona rural, sendo uma

² No período carnavalesco os Caretas passam a construir, nesse mundo imagético, uma estética própria, usufruindo a possibilidade do estar-junto comunitário e de assim marcar sua força na cidade. As imagens são instrumentos de identificação, aglutinando os brincantes da treca do Alto, tornando-os fortes, resistentes, irreverentes, presentes para a comunidade. Neste contexto, a treca da Matança, criada pelo “povo do Alto”, desce as ladeiras para brincar no centro da cidade, local onde a classe média triunfense morava, chegando barulhenta e assustando a meninada. Através de suas máscaras, de seus relhos, de ruas roupas simples a encobrirem seus corpos, das mensagens que traziam nas tabuletas, do barulho dos chocalhos que anunciavam sua chegada, eles marcavam a cidade através do medo. (COSTA, Maria das Graças Vanderlei, p. 4)

comunidade constituída majoritariamente pela população negra, de pequenos agricultores, que vivem economicamente da venda dos produtos produzidos e comercializados na feira livre.



Figura 03- “Festejos do município”
Fonte: Arquivo da família

Na imagem acima, a presença da comunidade participando de umas das manifestações religiosas. Vemos a presença de diversos negros sobre o carro, muitos participantes orquestras tocavam na filarmônica da cidade.



Figura 04- “Festejos do município: cortejo indo de Santa Inês à Palestina”
Fonte: Arquivo da família

Na imagem acima, visualizamos a presença dos moradores, participando do momento festivo carregando o andor que iria de Santa Inês para à Palestina.

O nosso povo crê na energia ancestral, e respeito aos sinais da vida, assim sendo, percebo a minha história de vida ligada à a comunidade quilombola do Barro Preto por três motivos: a ancestralidade, a resistência e a história. A ancestralidade diz respeito à migração forçada dos nossos antepassados africanos, os quais foram escravizados e forçados a atravessar o atlântico para sofrer em terras longínquas, distante da família, dos costumes e da terra natal. Já a resistência refere-se a essa luta diária, a busca por respeito em um mundo racista, onde o racismo é estruturado para que nós negros não tenhamos em nenhuma instância a garantia de direitos. E por fim, a história que se completa e complementa pela vivência no entorno da estrada de ferro *Tram Road de Nazareth* por minha família desde a sua origem em Nazaré das Farinhas até o município de Jequié.

A construção de estrada de ferro teve como objetivo o escoamento de produtos necessários ao consumo da população

Até a metade do século XIX, o comércio entre a capital e o interior baiano era feito somente em lombo de burro. Todos os dias, chegavam a Nazaré e Aratuípe tropas e mais tropas, trazendo café, cacau, farinha, açúcar, cereais dentre outras mercadorias que, depois de descarregados, seguiam para Salvador em saveiros e barcos de maior porte. Em troca, as tropas retornavam conduzindo produtos industrializados, muitos dos quais importados da Europa... Durante o inverno, as vias de acesso ficam intransitáveis, o que levou a idealização de uma estrada férrea partindo de Nazaré (AILTON, 2015, p. 28).

Foi neste trajeto que a minha família percorreu diversos municípios, a exemplo de Aratuípe, Areia, Santa Inês, Jaguaquara e Jequié. Nesses espaços, fomos criando laços, trocando experiências e hoje compreendendo que a função da estrada de ferro era beneficiar o consumismo daqueles que podiam pagar, enquanto a população menos favorecida aproveitava o espaço para laborar, vendendo cocada, carregando bagagem e na construção de obras.

Nasci na cidade de Jaguaquara, no interior da Bahia, pertencente ao território conhecido como Vale do Jiquiriçá, sou a terceira filha de um casal que teve seis filhos, sendo três do gênero feminino e três do gênero masculino. Contudo, passei pouco tempo morando nesta cidade, pois sempre que era necessário nos mudávamos de município por causa da falta de oportunidades de emprego para meus pais. Como a família era grande e com a falta de trabalho a dificuldade em

criar seis filhos aumentava, principalmente na época da idade escolar, meu irmão e minha irmã mais velhos e eu fomos morar com minha avó paterna (vovó Antônia) e minhas tias no município de Santa Inês.

Relato acima a história da minha família porque tenho convicção que ao tratar do tema história oral, é imprescindível perceber que o apagamento da história pessoal, familiar e comunitária é o apagamento de parte da sua vida pessoal, da sua referência, e no caso dos negros da diáspora, da sua ancestralidade.

Considero o ensino médio um divisor de águas na minha educação formal, pois eu estudei na Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês, hoje Instituto Federal Baiano (IF- Santa Inês). Na referida escola, tive a oportunidade de conviver com professores que além de educadores eram amigos, e nos diversos momentos aconselhava-nos a não para a formação após o ensino médio, pois entrar na universidade poderia trazer dificuldades, entretanto traria oportunidades também.

Sendo assim, ao cursar a graduação em Letras em uma Universidade pública no município de Jequié-BA, tornei-me uma mulher negra educadora e dentro dessa universidade pude ampliar a minha formação acadêmica e pessoal ao participar do Grupo Estudos em Teoria do Discurso (GETED), orientado pela professora Adriana Maria de Abreu Barbosa, cujo objetivo era a discussão sobre as questões de gênero e o discurso, os quais procuravam moldar a fala e o comportamento feminino a partir a visão sexista.

Ao fazer parte da turma de Especialização em *Literatura e Linguagens: o texto Infanto-juvenil*, da Universidade do Estado da Bahia – Campus XXI – Ipiáú percebi no componente ofertado *Literatura Africana e Afro-brasileira* a importância em ser trabalhada no currículo escolar as relações raciais, a partir da inserção de obras literárias que valorizassem os saberes e cultura negra.

Araújo (2017) defende que a escola e a literatura devem estar intrinsecamente ligadas, pois de acordo com as suas características se unem em um fim comum, isto é, as bases para a formação do indivíduo, ou seja, um sujeito capaz de respeitar as diferenças sociais, raciais e de gênero.

Como as minhas inquietações ainda persistiam foi no Mestrado em Ensino e Relações Étnico-raciais, do PPGER Campus Sosígenes Costa que as minhas inquietações como mulher negra e educadora, não minimizaram, mas fez com que eu encontrasse o caminho para muitos questionamentos em relação ao desejo de

silenciamento do negro, a subjugação dos saberes ancestrais, o preconceito em relação às religiões de matrizes africana e a marginalização étnica.

Hoje, a minha contribuição para essa luta se fará a partir da compilação de narrativas de vidas de pessoas contribuíram muito e contribuem para a história da comunidade formada no entorno de uma das estações da estrada de ferro *Tram Road de Nazareth*.

Ao falar sobre marcas da ancestralidade e a sabedoria, eu, mulher, negra, professora e pesquisadora trago na minha constituição pessoal e social a história de vida dos meus ancestrais que contribuíram de forma ativa com os saberes tradicionais, sendo assim, a partir dos estudos decoloniais acredito que foi ocupando os seus lugares de fala que homens e mulheres fizeram história e lutaram por liberdade.

3. HISTÓRIA DO QUILOMBO BARRO PRETO

3.1 Conceituando Quilombo

Durante o período colonial os povos negros e indígenas sofreram com a exploração, massacre e perseguição dos exploradores. Como forma de resistência, diversas atitudes foram tomadas com o intuito de se alcançar a liberdade física e epistemológica a partir da fuga da exploração.

Pensar que o negro aceitou passivamente a escravização é acreditar em uma historiografia eurocentrada, a qual visava justificar as barbaridades cometidas aos povos africanos. Entretanto, precisamos perceber este processo como uma força de ação e reação, levando os negros a se organizarem socialmente em espaços de organizações próprias e formados por diferentes gêneros e etnias.

Desta forma, esses locais de organização e resistência africanas foram denominados de quilombo. Nos quilombos, as atividades desenvolvidas eram voltadas para a sobrevivência do grupo, onde os quilombolas plantavam, pescavam, protegiam a localidade possíveis invasores e preservavam os seus costumes.

Ainda em pelo século XXI, percebemos a necessidade do conceito de quilombo ser ressignificado, pois a sociedade costuma conceituar as comunidades quilombolas como sendo um local de escravizados fugitivos, interpretação dada durante o período colonial. Contudo, esses espaços para os negros não significavam esconderijos, mas sim locais de libertação, preservação e busca de identidades africanas.

Nesse sentido, Kabengele e Gomes (2016, p. 71) defende que “a palavra quilombo refere-se a uma associação de homens, abertas a todos”, ou seja, os quilombos eram associações que agregavam não apenas negros, mas os indígenas, que também sofriam com as perseguições e brancos em situação de carência.

Vale ressaltar que a palavra originária da língua “banto umbundo”, apresentava semelhança entre o quilombo africano e brasileiro,

Sendo assim os quilombos brasileiros podem ser considerados como uma inspiração africana, reconstruída pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implantação de uma outra forma de vida, de uma estrutura política na qual se encontram todos os tipos de oprimidos (KABENGELE E GOMES, 2016, p. 71)

Em busca de liberdade, apoio e abrigo as associações quilombolas foram se multiplicando e diversas localidades do nosso país. Em todos os locais com existência de escravização de africanos e seus descendentes, perseguidos e oprimidos havia a necessidade das pessoas se aquilombarem. Precisamos acrescentar que o aquilombamento também foi motivo de resistência, pois esses locais sofriam com as perseguições dos escravocratas.

Kabenguele e Gomes (2016) definem associação quilombola da seguinte forma:

(...) quilombo não significa refúgio de escravizados fugidos. Trata-se de uma reunião fraterna e livre, com laços de solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro e da organização de uma sociedade livre. Os quilombolas eram homens e mulheres que se recusavam viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema. (KABENGELE E GOMES, 2016, p. 72)

Ao analisamos o conceito de quilombo podemos compreender a formação do quilombo Barro Preto, que mesmo sendo um bairro majoritariamente negro, também é composto por outros grupos da população em situação menos favorável economicamente.

3.2. Presença do negro: o laborar, o festejar e cultuar

O período da colonização ocorrido na região de Jequié, não ocorreu de forma menos desumana do que as praticadas em outras localidades do país. Na verdade, durante a invasão dos europeus a região que era ligada geograficamente ao município de Maracás, o território era um local habitado por indígenas que saíam da costa litorânea e vinha para o interior em busca de outras terras para garantia de sobrevivência.

Atualmente, na história que circula entre a população pouco se fala da existência e permanência dos povos originários nessa região. Considera-se que diversas palavras que fazem parte do vocabulário regional sejam originadas da língua indígena, como por exemplo o próprio nome de Jequié.

Apesar do município ter como vegetações típicas Araújo (2017) a caatinga árida e a mata, a presença dos indígenas na região pode ser justificada pela

existência de caudalosos rios que banhavam o território em toda a sua extensão. Dentre os rios que cortavam o município temos o Rio das Contas, o Preto da Costa, o Preto do Criciúma, o Jequezinho, assim como diversos riachos.

Na segunda metade do século XVII, derrotados pelo sertanista Estevão Ribeiro Baião Parente, os maracás sobreviventes refugiaram-se nas margens do Rio das Contas. Hábeis no manejo do chocalho, os maracás, nas noites enlustradas, fabricavam seus machados de pedra, enquanto moças e crianças, dando prosseguimento ao ritual, dançavam ao ar livre. Outras mulheres, por sua vez, usando pilão de forma fálica, preparavam o alimento dos recém-nascidos. O pendor dos maracás pela dança concorreu para que surgisse um município com o nome da tribo (ARAÚJO, 2017, p. 38)

O processo de invasão europeia foi tão prejudicial para a existência dos indígenas na região que até Araújo (2017, p. 39) informa que os mongoiós encontrados em maior quantidade, cerca de 2000 mil habitantes, foram praticamente exterminados pelo “sertanista João Gonçalves da Costa”.

Não podemos deixar de refletir sobre o processo de dizimação dos habitantes originários do Brasil. A ganância dos homens brancos foi responsável pela subjugação dos povos pertencentes a diferentes etnias.

Mbembe (2019) defende que para falarmos de raça, ou conseqüentemente sobre o racismo, necessitaríamos abordar o tema a partir de uma “linguagem fatalmente imperfeita, dúbia, diária até inadequada”. A questão da raça nessa óptica, defende que esse conceito deve ser entendido como duvidoso e inadequado, pois foi uma invenção social projetada para animalizar o outro. Para tanto, é imprescindível levantarmos questões quanto a categorização das pessoas que foram subjugadas e tiveram suas identidades anuladas sendo consideradas como seres estranhos em uma sociedade cujo objetivo era a sua exploração.

O pesquisador ao definir o conceito de raça ainda acrescenta que “raça é um complexo perverso, gerador de temores e tormentos, de perturbações do pensamento e de terror, mas sobretudo de infinitos sofrimentos e, eventualmente, de catástrofes”. Assim sendo, os povos originários da região Borda da Mata, sofreram e foram dizimados com a presença do não indígena na localidade.

Somente em 1808, ao deixar a direção da Inspeção de Minas da Bahia, José de Sá Bittencourt, em companhia de sua esposa Maria Vitória de Sá, José de Sá Bittencourt, com quem se casara a Bahia, filhos e outros

familiares, passou a residir em sua nova propriedade, fazendo edificar para a sede um grande sobrado, localizado na um pouco abaixo da Fazenda Provisão, a três léguas da cidade de Jequié, sendo ajudado por índios domesticados que viviam numa aldeia próxima, remanescentes da tribo dos Cotoxós que conseguiram sobreviver aos massacres dos sertanistas (ARAÚJO, 2017, p. 70).

É indiscutível defender que a presença do homem branco na região intitulada Borda da Mata, foi prejudicial para os seus habitantes. O período colonial foi ceifou inúmeras vidas indígenas e africanas, as quais são reivindicadas apenas pelas partes sofridas, pois o próprio discurso trazido nos registros oficiais buscam suavizar os atos de violência cometidos a estas etnias, justificando com palavras como “povoamento”, “desbravadores”, “descobrimento” que na verdade ainda são reproduzidas nos livros didáticos, como o significado de feitos heroicos, mas que na verdade não são.

3.3. A ancestralidade indígena e africana

A chegada dos negros africanos em terras brasileiras se deu a partir de práticas desumanizadas realizadas pelos europeus em um período que se iniciou no século XV indo até o XIX. Durante o processo de escravidão, milhares de africanos foram forçados a saírem de suas terras e trazidos em navios negreiros para fazerem parte de um processo socioeconômico de manutenção do capitalismo europeu a partir da exploração da sua mão de obra.

O processo de escravização africana foi responsável pela distribuição de diversos negros pelas regiões brasileiras. Assim sendo, o Nordeste foi uma das regiões que também explorou a mão de obra africana para o enriquecimento da coroa portuguesa a partir do trabalho realizado a partir da exploração, “Com o deslocamento do eixo econômico da colônia para o Nordeste, para lá também se concentra o fluxo demográfico de negros vindo da África” (MOURA, 1992,p.8).

A exploração da mão de obra africana no Nordeste foi o motivo do povoamento de negros em diversas cidades baianas, inclusive no município de Jequié. De acordo com Araújo (2017) foi o inconfidente José de Sá Bittencourt, nascido no ano de 1755 em Vila Nova da Rainha ou Caeté de Minas Gerais, filho de portugueses quem trouxe os primeiros africanos para a sua fazenda chamada Borda

da Mata, sendo o responsável por introduzir a exploração da mão de obra africana na região.³

Quatro anos depois da morte de José de Sá Bittencourt, Araújo (2017) o latifúndio Borda da Mata foi repartido entre os herdeiros originando outras propriedades denominadas de: Ipoeira, Boca da Peça, Lagoa do Junco, Fazenda Jacaré, Estreito, Sobrado, Torta, Jequié ou Barra de Jequié e Curral Novo. Sendo o penúltimo hoje o nome do município e o último o nome de um dos bairros periféricos da cidade.

O município atualmente faz parte do território conhecido como Médio Rio das Contas e o seu mapa lembra a forma de um quadrilátero irregular que se alonga mais no sentido leste-oeste do que na distância norte-sul. Desmembrado de Maracás, do qual foi distrito administrativo, Jequié, por sua vez cedeu parte do seu território para que se formasse os municípios de Jitaúna, Itagi e Aiquara.



Figura 05:” Foto flagrante da construção da Ponte Theodoro Sampaio que liga o centro de Jequié ao bairro do Mandacaru”

Fonte: Arquivo do Blog Memórias de Jequié

É importante relatar que o município teve como afluente o Rio das Contas, apresentado na imagem acima, o Jequezinho, o Preto da Costa, o Preto de Criciúma e diversos riachos, que além de abastecerem a população, colaboraram para o crescimento do município, pois essas águas desempenharam importante função na recuperação da economia após a abolição da escravatura.

³ Sobre a vida de José de Sá Bittencourt ver Araújo (2017) que traz e sua relação paradoxal por ser inconfidente e escravocrata.

A escravidão negra, com todo o seu aspecto sórdido e desumano, em termos econômicos representou ótimo investimento para os que dela se aproveitaram. Os interesses em jogo eram tais e tantos que a derrubada do sistema escravista arruinou ricos proprietários de terra, concorrendo para a queda da Monarquia (ARAÚJO, 2017, p. 79)

Clóvis Moura, descreveu em seu livro *História do Negro Brasileiro*, as atrocidades que os negros passavam para enriquecer os seus exploradores. Assim sendo, além da falta de alimentação que alguns proprietários se opunham a arcar, existia também o alojamento inapropriado e a jornada de trabalho que durava de catorze a dezesseis horas e os cruéis castigos que sofriam.

Sobre a ocupação atribuída aos negros o autor relata que boa parte dos escravizados desempenhavam atividades da agroindústria açucareira, ou da cultura do café, e da exploração de pedras preciosas. Entretanto, havia também os escravos que desenvolviam as atividades domésticas, ligadas à casa grande, como por exemplo, as cozinheiras, os moleques de recado, amas-de-leite, carregadores de lenha, mucamas, parteiras, dentre outras atividades.

No período de escravização dos negros em Jequié, na época distrito administrativo de Maracás, as atividades domésticas desenvolvidas na casa grande, faz-se necessário relatar o trabalho desenvolvido por duas escravas quituteiras que trabalhavam para José Rotondano, que foi o precursor da colônia italiana no município,

Uma vez concluída, a Casa Grande, como passou a ser chamada, que também possuía acomodações gratuitas para os seus empregados e fregueses que vinham de longe, se converteu num verdadeiro símbolo de prosperidade e da vitalidade do comércio de Jequié e sua região. Como era natural, vivia sempre repleta de hóspedes, não faltando camas e comida para quem chegasse. Três cozinheiros se revezavam, a partir das primeiras horas da manhã, preparando caldeirões de feijão, arroz e carne que eram postos no fogo até o anoitecer. Galinha e bacalhau completavam o cardápio, sob os cuidados das famosas quituteiras Catarina e Quintiliana. E isso prolongava até as 23 horas. Em matéria de glotonaria, Catarina e Quintiliana, apesar de escravas, eram orgulho dos primeiros italianos que aportaram em Jequié. (ARAÚJO, 2017, p. 113)

No trecho acima, podemos perceber como se dava a exploração das negras quituteiras, com as cansativas horas de trabalho realizadas na casa grande. De

acordo com o trecho, essas mulheres eram valorizadas pelo seu trabalho, que era rentável para o proprietário, pois o escravizado era considerado propriedade e deveria trazer lucro para os donos das propriedades.

Durante o período escravagista os escravizados eram avaliados por sua produtividade e muitas vezes valiam mais do que muitas propriedades, rebanhos e bens imateriais presentes na localidade⁴.

O antropólogo Kabengele Munanga em seu livro *Negritude usos e sentidos*, procurando explicar a questão da negritude e da identidade em seu contexto histórico parte do princípio de que a prática racista está alicerçada na crença da existência na humanidade de raças consideradas hierarquicamente inferiores em detrimento de outras vistas como superiores. Assim sendo, a questão racial foi responsável por incontáveis atrocidades realizadas contra os povos considerados ideologicamente inferiores.

Diante do exposto acima, em busca de poder esses atos violentos foram realizados a partir da justificativa do mito da superioridade racial, na qual negro e indígenas foram dizimados violentamente. Como exemplo dessas práticas o pesquisador cita o genocídio de milhões de indígenas no continente americano, bem como o de milhões de judeus e ciganos ocorrido da Segunda Guerra Mundial. Ainda assim, acrescenta a discriminação racial ocorrida na África do Sul e em diversos países como forma de legitimar a questão da raça, a sua intenção política e social.

A migração forçada e conseqüentemente a permanência dos negros e negras na região de Jequié foi responsável pela formação da comunidade quilombola que foi organizada no entorno na estrada de ferro Nazaré-Jequié para o escoamento dos produtos das regiões.

Existem algumas versões para a justificativa do nome Bairro Preto dado para a região localizada na periferia de Jequié. A primeira delas, não exposta aqui por ordem de importância ou veracidade é que na região existia um lago, utilizado para uso pessoal e lavagem pelas negras de roupa a ganho, cujo barro era preto e era utilizado para a fabricação de objetos de barro: potes, telhas e tigelas. Uma outra versão, considerada seria em relação à quantidade de negros e negras que residiam na região, muitos destes utilizados até como mão de obra na época da construção da estrada de ferro no final do século XIX.

⁴ Em relação a essa passagem consultar *A Nova História de Jequié* de Emerson Pinto de Araújo (2017).

O quilombo pesquisado é caracterizado como quilombo urbano por ter a sua localização na periferia da cidade de Jequié, e não ser localizado na zona rural, conhecidos estes como quilombos rurais.

A comunidade formada por moradores que sempre mantiveram guardadas na memória as manifestações culturais indígenas e africanas foi certificada pela Fundação Cultural Palmares de acordo com o Decreto n. 4.887 de 20 de novembro de 2003, registrada no Livro de Cadastro Geral n.09, Registro n. 919, fl. 33, nos termos do Decreto citado e da Portaria interna da FCP n. 06, de 01 de março de 2004, publicado no Diário Oficial da União n. 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07.



Figura 06- Rua da linha
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2020

A visão que se tem do bairro⁵ na atualidade, pode-se até parecer a princípio que não se trata de uma localização que pertence a moradores quilombolas, pois não se associa à imagem de quilombo formada por escravizados vigidos e situado na zona rural ou por ainda apresentar casas feitas de taipa, dificuldade de acesso e locomoção e aspectos rudimentares conhecidos pela maioria a partir das imagens

⁵ Logo acima, a imagem representa a rua da linha, a qual na época da estrada de ferro funcionava como uma das linhas do trem.

apresentadas nos livros didáticos. Entretanto, podemos perceber que se trata de um bairro popular, formado por moradores antigos de baixo poder aquisitivo e algumas moradores pertencendo ao mesmo grupo familiar.

Atualmente, ainda é possível encontrar na Barro Preto as casas conhecidas como abarracamento construídas na época pelo governo federal para que fossem utilizadas por esses trabalhadores e pelas suas famílias como residência.



Figura 07- Abarracamento do Barro Preto
Fonte: Arquivo da pesquisadora, 2020

Ao observarmos a imagem acima, podemos perceber diversos aspectos que podem ser observados em relação à temática investigada. O primeiro deles diz respeito à própria arquitetura das residências, construídas em “meia-parede”, isto é, uma parede para duas casas, uma porta e janela frontal, sem possibilidade de saída de ar nas laterais. Outros aspectos a serem observados são as identificações por letras “E”, “F” e data “1827” encontradas na frente das casas.

Além destas informações verbais, podemos realizar outras leituras a partir do não dito, a exemplo dos vasos de planta encontrados porta de uma das casas contendo de acordo com os conhecimentos africanos a Espada de Ogum, denominada na pela religião católica como a Espada de São Jorge.

3.4. Educação Escolar Quilombola: uma escola quilombola no quilombo ou escola quilombola do quilombo?



Figura 08: Pátio do CEDMS
Fonte: Arquivo da pesquisadora

Em pleno século XXI, mesmo depois da aprovação de inúmeras leis que regulamentam a Educação Escolar Quilombola, como por exemplo a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola na Educação Básica; a Resolução CEE Nº 68/2013, que Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, no Sistema Estadual de Ensino da Bahia; a Resolução Cne/Ceb Nº 1/2004, que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; Lei Federal Nº 11.645/2008, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afrobrasileira e Indígena; a Lei Federal Nº 12.288/2010, que Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989; 9.029, de 13 de abril de 1995; 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003; ou ainda a Lei Estadual Nº 13.182/2014, Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia E Lei Estadual Nº13.693/2017, Institui o Dia Estadual de Comemoração ao Dia da África no âmbito do Estado da Bahia, a educação escolar quilombola como prática

curricular decolonial ainda está longe de ser considerada uma prática curricular decolonial em diversas instituições de ensino.

Dentre os aspectos a serem considerados como empecilhos para a afirmação das identidades nas comunidades negras, podemos elencar algumas ações percebidas dentro das instituições escolares que precisam ser modificadas para a implantação de uma educação decolonial. Neste sentido, temos como práticas prejudiciais ao processo, a adesão à um currículo eurocêntrico, a falta de interação das escolas com as comunidades quilombolas contemporâneas, a pouca ou nenhuma abertura para as festividades da comunidade e a não participação dos griôs na organização pedagógica e administrativa das escolas.

Poderíamos aqui questionar como os saberes quilombolas são passados de geração em geração, se não é o ambiente escolar o principal espaço de aprendizado das afirmações das identidades. Entretanto, é na interação cultural que os mais novos aprendem os valores cultuados na comunidade

Nos quilombos contemporâneos, a cultura da festa, que perpassa o seu modo de vida, comanda o desenvolvimento lento do currículo invisível⁶, por meio do qual se dá a transmissão das tradições do grupo, constantemente recriadas, reinventadas, ressemantizadas. Aprender a importância do período de preparação e realização das festas permite desvendar a lógica desse modo de vida quilombola e perceber, na indiferenciação lúdico-sagrada do tempo da festa, as teias de significados que compõem um tecido cultural tramado sobre essa urdidura bem firme (MOURA, 2005, p. 73).

Ao percebermos a importância da vivência dos moradores da comunidade na formação dos mais novos, entendemos que é necessário escola e comunidade dialogarem em prol de uma formação epistêmica não hegemônica. É partindo deste pressuposto que consideramos imprescindível pensar qual o papel do Colégio Estadual Dr. Milton Santos para a comunidade pesquisada, a relação estabelecida entre a educação escolar quilombola e a educação quilombola.

O Colégio Estadual Dr. Milton Santos- Escola Quilombola pertence ao Núcleo Territorial de Educação- NTE 22 e está situada no território quilombola do Barro

⁶ De acordo com Moura (2005), o currículo invisível é a transmissão dos valores, dos princípios de conduta e das normas de convívio, ou dos padrões socioculturais inerentes à vida comunitária, de maneira informal e não explícita, permitindo uma afirmação positiva da identidade dos membros de um grupo social.

Preto. Oferta como modalidade de ensino o Ensino Fundamental II no turno vespertino e o Ensino médio nos turnos matutino e noturno.

A instituição foi fundada no ano de 1964, e recebeu o nome de Grupo Escolar Duque de Caxias. Na época, a criação da escola pública para a comunidade possibilitou o acesso à educação escolar para muitas crianças e adolescentes que não tinham como frequentar as escolas de elite.

De acordo com o livro de registro da Unidade Escolar, a escolha do nome da escola pode ter sido sugerida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia “em homenagem ao grande e glorioso soldado brasileiro, Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias”. É importante, refletirmos sobre esta escolha do nome a escola, pois para uma instituição pertencente a uma comunidade de indígenas e negros homenagear o Duque de Caxias um homem imperialista e escravocrata ia de encontro com os anseios da comunidade que lutava pelo reconhecimento e preservação dos saberes ancestrais.

Podemos entender que o nome original dado à escola se refere a um posicionamento de valorizar a elite branca brasileira, como forma de perpetuar a educação eurocêntrica sem levar em conta as características da comunidade que apresenta uma forte ligação com as manifestações culturais indígenas e africanas.

Com o processo de reconhecimento do Barro Preto como comunidade quilombola, a unidade escolar teve a oportunidade de ser registrada como Colégio Estadual Dr. Milton Santos, em homenagem ao intelectual baiano Milton Santos, pelo reconhecimento das suas pesquisas em relação as críticas tecidas aos modelos de globalização, bem como as questões das desigualdades sociais e comunidades menos favorecidas.



Figura 09: Muro do CEDMS
Fonte: Arquivo da pesquisadora

O processo de reconhecimento possibilitou a realização de diversas mudanças em prol de uma educação para as relações étnico-raciais. Logo na entrada da escola, a cor verde e a imagem do escudo demonstram que estas simbologias a exemplo do pássaro Sankofa, ave mística da cultura africana que voa para frente e possui a cabeça virada para trás, significando que a busca do que se esqueceu é algo positivo.

Em busca de garantir aos estudantes o direito a uma educação escolar quilombola, a unidade escolar desenvolve alguns projetos didáticos pedagógicos voltados para a discussão e valorização da cultura africana e da educação antirracista. No entanto, estas atividades são desenvolvidas de forma pontual, sendo relacionadas às datas comemorativas, como por exemplo, o Julho das Pretas, O Novembro Negro ou algum projeto que faça parte do currículo escolar.

Discutir no ambiente escolar as temáticas voltadas para as relações étnicas - raciais é de suma importância, entretanto realizadas estas atividades dissociadas da vivência da comunidade, ou seja, da participação dos grêos na formação destes educandos é que pode ser considerado uma ação a ser repensada, pois

E, acrescentando a ênfase na necessidade da construção, no espaço escolar, de uma nova narrativa sobre as comunidades quilombolas, narrativa essa que as apresentem como são e estão no atual momento histórico sem essencializá-las ou construir estereótipos inferiorizantes. Ao reivindicarmos que nossas diferenças, enquanto povo quilombola sejam respeitadas e priorizadas nos currículos, nos currículos das escolas

quilombolas, não queremos em nenhum momento silenciar as histórias e diferenças de outros grupos que se encontrem nesses espaços. Ao contrário, queremos um diálogo efetivo de saberes. (SANTOS, 2019, p. 55)

Nesse sentido, Santos defende a inclusão das narrativas das comunidades quilombolas no currículo escolar, levando-se em consideração a participação dos guardadores dos saberes ancestrais de forma dialógica e não dissociada da história local.

De acordo especificamente com a Lei 10.639, em seu art. 26, há obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no ensino Fundamental e Médio. Essa necessidade se faz mais evidente, do ponto de vista lógico, quando se trata de Escolas Quilombolas. Assim, conforme essa Lei, “o conteúdo programático deverá incluir o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos Negros no Brasil, a cultura Negra Brasileira e o Negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil”. Ainda conforme a Lei, os conteúdos que se referem ao ensino de história e Cultura afro devem ser trabalhados em todo currículo escolar, a exemplo de disciplinas como Educação Artística e Literatura.

Buscando efetivar os direitos à educação e legitimação dos conhecimentos as escolas quilombolas procuram concretizar suas práticas educativas com vistas à oferta de uma educação antirracista e igualitária. Especificamente nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, podemos perceber a presença de dois conceitos que definem o que seria considerado como educação escolar quilombola e escola quilombola.

De acordo com a resolução, compreende-se como educação escolar quilombola aquelas que atendem os estudantes oriundos de territórios quilombolas. Já a escola quilombola, são classificadas como aquelas localizadas em território quilombola. Sendo assim, de acordo com a definições acima, tanto os estudantes quilombolas quanto as escolas quilombolas são personagens envolvidos no processo educacional dotados de conhecimentos históricos e sociais específicos⁷.

⁷ As imagens acima referem-se as atividades que foram realizadas na escola, do lado esquerdo é o projeto cinema na escola desenvolvidos pelos professores do turno noturno, com extensão do convite para os outros turnos. No lado direito, a apresentação da peça teatral do Grupo Olaria “Festa na Fé-



Figura 10: Atividades curriculares
Fonte: Arquivo da pesquisadora -2018

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. Os estudos Decoloniais

Considerando que as comunidades quilombolas se constituem um espaço socioideológico para o fortalecimento e reafirmação do sentimento de pertença, da cultura e da valorização dos saberes ancestrais faz-se oportuno investigar, na medida do possível, os aspectos sócio-históricos e culturais manifestados no cotidiano da comunidade.

Partindo deste pressuposto, é de fundamental importância valorizar esses espaços de saberes, levando-se em consideração a opinião dos remanescentes quilombolas, ou seja, oportunizando que os menos tenham um lugar da fala e que possam colaborar com as histórias vividas para a valorização das tradições presentes na memória.

É com a rememoração e respeito aos conhecimentos ancestrais que a cultura, as canções e os mitos são passados de geração para geração, permitindo que não haja o apagamento de um povo pois

A vida da criança mergulha mais do que se imagina nos meios sociais através dos quais entre em contato com um passado mais ou mesmo distante, e que é como que o quadro dentro do qual são guardadas as suas lembranças mais pessoais. É esse passado vivido, bem mais do que o passado apreendido pela história escrita, sobre o qual poderá mais tarde apoiar-se a memória (HALBWACHS, 1990, p. 71)

Partindo deste pressuposto, percebemos a importância da valorização dos conhecimentos ancestrais dentro da vivência comunitária, as práticas socializadas nos contados pessoais, nos ritos e nas manifestações culturais agregam mais sentido às subjetividades, do que as histórias ditas e valorizadas de um povo que não vivencia as mesmas práticas socioculturais.

Para Myrian Sepúlveda dos Santos em seu livro Memória coletiva e teoria social, defende que a memória é associada à percepção do pertencimento a um mundo que envolve e constitui os indivíduos. Sendo assim, a sua preservação é necessária no sentido de como condição humana pode ser usada na defesa de justiça e liberdade.

A história dos negros sempre foi relatada nos espaços oficiais apenas pela visão europeia. O outro lado da história sempre foi negado, subtraído. Mesmo não

tendo acesso aos meios impressos foi por meio da memória coletiva que as injustiças vividas pelo povo atravessaram a sociedade.

Nesse sentido, a organização dos negros em comunidades quilombolas possibilitou a preservação dos costumes e crenças dos ancestrais africanos, que manifestam esses saberes nas rezas, candomblé e festejos, pois “Os egressos da escravidão não deixaram as sociabilidades festivas de lado” (SANTOS, 2015, p.29). Assim sendo, essas manifestações culturais trazem símbolos, linguagem e ritualização que como elo entre os saberes de origem africana

Fica evidente que esses novos espaços de socialização e as pessoas remanescentes de um espaço-lugar considerado tão importante acabaram contribuindo para a manutenção e o fortalecimento das tradições trazidas na memória. E sobre isso, Halbwachs (1990) aponta essa apropriação comum dos símbolos e dos significados, e a comunhão de noções que compartilhamos com os membros do grupo social como aquilo que define o caráter social das memórias individuais. (SANTOS, 2008, p.29)

Podemos compreender da citação acima que a socialização destes saberes dentro da comunidade se fortalece e travessam o tempo a partir das trocas e vivências das práticas tradicionais apropriadas a partir destes símbolos e significados que representam e fazem sentido para o grupo. Assim sendo, podemos aqui relatar a troca de conhecimento e simbologia encontradas no preparo das comidas preparadas e oferecidas anualmente nas rezas, ou mesmo, a prática da capoeira que traz a simbologia a partir da entonação dos cânticos e do gingado dos corpos negros e ainda, a própria forma de se vestir, falar, ou seja, todas essas tradições, percebidas no cotidiano, demonstram características desta comunidade.

Quando pensamos na questão de como essas identidades atravessam o tempo sendo manifestadas de geração em geração, podemos levar em consideração dois aspectos defendidos por (Hall, 2019), a tradição e a tradução que se manifestam em forma de transição entre as diferentes tradições culturais, numa espécie de cruzamento. É importante para nós, levarmos em consideração esses conceitos, pois possibilita-nos compreender o modo de vida dos remanescentes e como as manifestações culturais venceram as imposições do colonialismo.

Para Hall, a tradução representa “aquelas formações identitárias que atravessam e intersectam as fronteiras naturais”, nesse caso, estamos aqui nos referindo aos negros da diáspora afastados do seu local de origem, mas que

conseguiram manter vivas as tradições que foram incorporadas e adaptadas ao novo ambiente sem de afastar da sua cultura de origem e nem tão pouco manifestando o saudosismo do retorno ao passado.

Nesse contexto, percebemos que diversas formas de resistência foram realizadas para que os negros conseguissem se libertar da desumanização em que eram acometidos, comprovando que as revoltas se davam de diferentes formas além das conhecidas fugas. É importante acrescentar que esses atos se davam tanto de forma individual quanto de forma coletiva. Contudo, para os pesquisadores Munanga e Gomes foram os as revoltas coletivas que se tornaram ais conhecidas. Sendo assim, eles acrescentam que esses processos de resistência se deram de variadas formas, exemplo de insurreições, a formação de quilombos, as guerrilhas e as insurreições urbanas.

Como forma de buscar a sua liberdade e o reconhecimento da cultura e organização social, os negros mesmo no período da escravização procuraram resistir ao processo de desumanização, segregação racial e exploração. Podemos relatar que na tentativa de branqueamento e apagamento do legado de origem africana o nome, a língua e a religião foram repudiadas numa tentativa de aniquilamento desse grupo social. Entretanto, apesar de muitos acreditarem que a abolição da escravatura tenha sido um feito heroico, esse fato histórico foi mais uma forma de renegar o negro como um sujeito, pois como não havia condições socioeconômicas de mobilidade social e nem mesmo os negros eram considerados integrantes da sociedade vigente, após a abolição o negro foi empurrado para a marginalidade e invisibilidade social.

Nesse sentido podemos acrescentar que essa ação aborda uma importantíssima questão que

O fato de serem libertos por força da lei não garantia aos negros os mesmos direitos de fato e todas as oportunidades dadas aos brancos em nosso país, sobretudo, às camadas mais ricas da população. Por isso, além da libertação oficial, instituída na lei, os negros brasileiros após a abolição tiveram que implementar um longo e árduo processo de construção de igualdade e de acesso aos diversos setores sociais (MUNANGA E GOMES, 2016, p.107).

Na realidade, o processo de abolição não garantiu nenhuma política de inserção dos negros na sociedade. Estavam libertos, contudo, não tinham residência, renda, acesso à educação formal, entre outros direitos. Embora,

considerados libertos a partir daquele momento, muitos negros permaneceram servindo aos senhores por não terem opção de estruturação social.

A notícia sobre a abolição da escravatura no município de Jequié, apesar de ter sido relatado como momento de alegria, também não trouxe garantia de direitos para os libertos, pois

A abolição da Escravatura, ao chegar em Jequié, se revestiu de importância especial, o que bem demonstra o caráter generoso da população, não obstante começarem a surgir alguns casos de violência urbana. Quem primeiro tomou conhecimento da boa nova foi Rotondano, informado, dias depois, pela firma Pinho & Avelar. De imediato, liberou os poucos escravos que possuía, colocando alguns barris de aguardente à disposição dos moradores. O povo foi para as ruas, houve discursos e passeata puxada a sanfona até altas horas da noite. (ARAÚJO, 2017, p.121-122).

Receber a notícia da libertação do processo de escravização, realmente era um grande motivo para se comemorar com festa. Entretanto, a falta de assistência recebida pelos libertos, foi responsável pela falta de estrutura e condições necessárias para a inserção na sociedade. No trecho acima, que faz menção ao início de “alguns casos de violência urbana”, não relata que tipo de violência seria essa e quem as praticava. É necessário perceber que quando se trata dos negros que estão libertos, o Estado procura uma forma de criminalizá-lo para que o seu habitat seja novamente uma “prisão”, pois para o Estado esses corpos negros precisavam ser controlados, vigiados e normatizados.

5. COAUTORES DA PESQUISA

5.1. O método história de vida

O método a ser utilizado em uma pesquisa acadêmica a princípio geralmente passa a ser uma das principais preocupações dos orientandos ao elaborar o seu projeto de pesquisa. Sendo assim, aqueles mais voltados ao academicismo creem que o manual, a norma, as regras o ajudarão nas coletas de dados, análises e conseqüentemente numa significativa dissertação.

Entretanto, o nosso objetivo não é o de desmerecer nenhum dos métodos que são o suporte para as variadas investigações acadêmicas, mas sim refletir sobre os métodos utilizados em pesquisas relacionadas à Educação e às Ciências Humanas em uma perspectiva decolonial, apresentando os caminhos por nós perseguidos para a elaboração desta pesquisa. Com o intuito de justificar as nossas práticas como pesquisadoras partiremos dos estudos de (Fischer, 2003) que a partir das contribuições de Michel Foucault nos faz refletir sobre as “atitudes metodológicas” em pesquisa em educação.

Nesse sentido, para a autora, precisamos perceber que a linguagem está num campo de poder, pois é por meio da força discursiva que as ideias se materializam, isto é, são por meios dos estereótipos que etnias são minorizadas, mas também é por meio da linguagem que as tradições se fortalecem. Outro aspecto a ser observado pelo pesquisador ou pesquisadora é observar o que está nas entrelinhas, ou seja, estar atento para os fatos que não foram ditos. Uma outra atitude diz respeito às relações de poder presentes nos “sujeitos individuais” e nas relações sociais e por último e não menos importante a maturidade do pesquisador ou pesquisadora em neutralizar-se ideologicamente diante de posicionamentos que diferem do seu.

Fugindo da lógica cartesiana, branca, sexista, tradicionalista necessitamos nos despir psicologicamente, moralmente e religiosamente para poder enxergar no outro o que não foi dito

O que uma atitude como essa sugere ao pesquisador? Sugere, antes de qualquer coisa, que é preciso aprender o exercício da dúvida permanente em relação a nossas crenças, às nomeações que vimos fazendo por vezes há longo tempo, de tal forma que já as transformamos em afirmações e objetos naturalizados (Fischer, 2003, p. 375)

Para nós o que a autora aborda na citação acima pode ser exemplificado a partir das pesquisas realizadas em comunidade quilombolas, quando acreditamos que encontraremos nessas comunidades a formação social exclusivamente negra, ou imaginamos que a presença de religiões cristãs apagou a presença das religiões de matriz africana ou quando acreditamos que seguindo a lógica eurocêntrica o papel das mulheres é subalternizado em todas as outras etnias também.

Percebemos assim, que produzir uma pesquisa acadêmica em estudos decoloniais, reque de nós o apagamento dos discursos hegemônicos cristalizados a partir de diversos dispositivos de poder que cujo intuito é o de “usurpa” a dignidade do negro em prol do seu bem estar. Sendo assim, procuraremos acolher e valorizar as histórias orais relatadas pelas entrevistadas e pelo entrevistado a fim de que, as, mesmas possam fazer parte do cotidiano escolar das escolas da comunidade, já que

Foucault nos ensina que um modo de falar, de enunciar, de nomear o outro é também um modo de constituir o outro, de produzir verdades sobre esse outro, de cercar esse outro a partir de alguns limites que, mesmo considerando todas as nossas mais nobres intenções psico-didático-pedagógicas, acabam por fazer-nos esquecer que ocorre, aí também, controle do discurso (Fischer, 2003, p. 376)

Nesse sentido, concordando com o posicionamento da autora no que tange a preocupação da construção do outro a partir da nossa visão de mundo, procuraremos acolher e respeitar o dito e o não dito durante a pesquisa, sem tecer juízo de valor nem produzir verdades a partir de uma lógica ideológica europeizante.

Para tanto, foi a partir desta visão decolonial que percebemos a necessidade de acolher as narrativas de vida de moradores antigos da comunidade Barro Preto, a partir da metodologia da pesquisa qualitativa, pois

“não encontro nenhum critério que autorize alguém a selecionar esta ou aquela metodologia de pesquisa. Justo porque não é por tal ou qual método que se opta, e sim por uma prática de pesquisa que nos ‘toma’ no sentido de ser para nós significativa. E como nos toma? Ora (e é aí que estamos a pleno no labirinto “pós”), cada prática de pesquisa é uma linguagem, um discurso, uma prática discursiva, que sempre está assimilada pela formação histórica em que foi constituída. Formação histórica esta que marca o lugar discursivo de onde saímos; de onde falamos e pensamos; também de onde somos faladas/os e pensadas/os; de onde descrevemos e classificamos a(s) realidade(s)” (CORAZZA, 2007, p.120)

Corroborando com o pensamento a autora, percebemos que é no campo, ouvido os entrevistados e observando o cotidiano da comunidade que conseguiremos observar os aspectos sócio-político e culturais da comunidade.

Segundo Ludke e André (1986, p. 11) “a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. Sendo assim, consideramos ser de extrema importância o contato direto com a comunidade, pois é a partir da confiança estabelecida entre pesquisador e os sujeitos pesquisados que os dados a serem coletados serão os mais fidedignos possíveis.

Neste contexto, a pesquisa qualitativa será positiva, pois proporcionará o contato direto com os colaboradores das pesquisas, além de possibilitar a observação de diversos aspectos que por vezes escapam da memória. Assim sendo, procuraremos realizar as coletas de dados a partir de entrevistas cedidas pelos mestres e mestras de saberes da comunidade, realizadas na própria residência do sujeito pesquisado.

É de fundamental importância acrescentar que nas comunidades tradicionais, os mais velhos representam a biblioteca viva que guardam na memória acontecimentos que se referem a origem do local, bem como a compreensão dos aspectos sociais, culturais e religiosos que são passados por meio da tradição oral.

Partindo desse pressuposto, Spindola e Santos (2003) defendem que haja aproximações entre o pesquisador e entrevistados para que assim seja estabelecido

uma relação de confiança, imprescindível para as pesquisas qualitativas em Ciências sociais, ou seja, o referido método “possibilita o estudo sobre a vida das pessoas, penetrar em sua trajetória histórica e compreender a dinâmica das relações que estabelece ao longo de sua existência (SPINDOLA E SANTOS, 2003, p.121).

Nesse sentido, a história oficial procurou relatar os feitos de personagens pertencentes às camadas privilegiadas da sociedade, omitindo o protagonismo feminino e os saberes e fazeres dos homens que pertenciam a camada social menos favorecidas ideologicamente.

Como metodologia considerada por nós mais adequada para a pesquisar compreendemos a metodologia a ser adotada como

O relato de vida consiste na história de uma vida ou acontecimento tal qual a pessoa vivencia ou vivenciou. Assim, não é necessária a verificação a autenticidade

absoluta dos fatos, pois o que interessa- como no caso da presente pesquisa- é o ponto de vista do sujeito. O objetivo desse tipo de estudo é justamente apreender e compreender a vida conforme ela é relatada e interpretada pelo próprio autor (ABREU, 2004, p.42).

Nesse sentido, a presente pesquisa será desenvolvida na comunidade quilombola do Barro Preto, situada no município de Jequié-BA. A comunidade está organizada na antiga linha de trem que ligava o município de Nazaré das Farinhas a de Vitória da Conquista. A construção desta ferrovia foi o motivo responsável para a presença e instalação das diversas etnias em seu entorno.

A pesquisa se desenvolverá a partir das seguintes etapas: a) estudo do material teórico; b) visita ao quilombo; c) convite para os entrevistados participarem da pesquisa; d) análise documental; e) Assinatura do termo de consentimento do uso de imagem e voz; f) entrevista; g) análise de dados.

A partir dessas considerações, os sujeitos da pesquisa serão selecionados a partir das vivências afirmativas na comunidade, tais como tempo de vivência na comunidade, marcas da ancestralidade no saber/fazer e valorização das suas tradições.

É importante salientar, que durante a seleção dos entrevistados e entrevistadas, não haverá preferência por gênero (masculino, feminino, transgênero), nem por classe social, pois o critério de inclusão utilizado será o de ser um morador ou moradora da comunidade, que seja mais velho ou mais velha e que de alguma forma possua interação com a comunidade a partir de valorização das tradições ancestrais ligando-os à cultura.



Figura 11: Construção da Estação

Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_ilheus/jequie.htm

“O apito do trem de ferro anunciou a chegada na Estação de Jequié, que era chamada ponta dos trilhos porque além de ser ponto final da estrada ferroviária de Nazaré das Farinhas era também o local de entreposto comercial, de embarque e desembarque de mercadorias vindos da Chapada Diamantina e da região de Conquista, das terras do sem fim de cacauzeiros, das altas serras da Mata de Cipó e da imensa Caatinga.”

Domingos Ailton

5.2. Dona Tereza: luta, sabedoria e pertencimento



Figura 12- “Dona Tereza e Dona Adelaide, lideranças na estrada de ferro Nazaré-Jequié

Fonte: Arquivo da pesquisa de campo- Jeane Borges- 2020

Uma das entrevistadas será dona Tereza Antônia de Souza, apresentada na fotografia acima juntamente com a sua mãe dona Adelaide. Dona Tereza relatou que nasceu no ano de 1944, na fazenda chamada Santo Antônio, situada às margens da linha de ferro que vinha de Nazaré das Farinhas.

Neste sentido, traz no seu relato em relação a sua ligação familiar com a história da origem da comunidade, informações que nos faz perceber como se deu o processo de organização dos primeiros moradores da comunidade, bem como, a desterritorialização dos indígenas que segundo a entrevistada viviam nas imediações dessas terras.

O pai de dona Tereza era o senhor Benvindo Antônio de Souza que veio do estado de Minas Gerais e trabalhou como cozinheiro na construção da estrada de ferro com apenas 14 anos de idade. Depois de algum tempo, o senhor Benvindo passou a ocupar o posto de feitor, tomando conta de uma turma de 10 homens, chamados de garimpeiros.

“Meu pai entrou aqui como cozinheiro quando começou a construção da estrada de ferro, meu pai tava com 14 anos de idade, quando entrou aqui na construção da estrada de ferro, quando tava abrindo a estrada de Nazaré à Jequié. Tá entendendo. Então de Jequié era bem pequenininho, não tinha quase casa nenhuma. Então as casas que tinha era bem pouca. E a casa melhor que tinha era do coronel Costa(...) foi o pessoal que criou mãe”

A sua mãe é dona Adelaide dos Santos Souza, nascida em uma localidade próxima ao município de Maracás, atualmente dona Adelaide está com 119 anos e durante à época da construção da estrada de ferro era dona de casa e também cozinhou para as mulheres que vinham prestar serviço na estrada de ferro. Ao falar sobre a origem de dona Adelaide, ela relata que a sua origem é indígena e que foi criada pela família do coronel Costa.

“Então o pai dela era criado da fazenda e casou o pai dela com essa índia, aí ele fez família com essa família, e ela ficou lá com os Costas. Ele era negro. O meu avô era africano. Era filho de africano legítimo. Porque naquele tempo as negras moravam com esses patrão, né. Com esses coronel, naquele tempo de coronel. Então meu avô era filho de negra da Costa, chamava Leandro. E minha avó, era índia, a mãe dela era índia”.

Ao relatar sobre a sua origem familiar, dona Tereza relata os seus avós maternos eram pertencentes às etnias menos prestigiadas. O processo de invasão

européia sacrificou brutalmente indígenas e africanos em busca de garantia da hegemonia branca. Assim sendo, a entrevistada informou que a sua avó materna era indígena e que o seu avô era negro “da costa”, e o mesmo trabalhava em uma fazenda na região hoje conhecida como Jequié.

“(…) A mãe de pai era cabocla, assim. Era bem cabocla. A mãe de pai, a mãe de pai foi comida pela onça. Pra ir de Jequié a estrada saia em uma lugar chamado a Serra do pelado do outro lado de Jaguaquara. Daqui de Jequié a estrada saia lá. E teve um reboque aqui, do capitão Silvino e...e capitão Massionílio , vieram de trem se encontram lá esse coronel e foi muito tiro. Tinha uma casa branca lá no Campo do América, lá naquela casa que minha avó morava. Na casa do capital Silvino, aí atacaram lá e ela saiu correndo e foi encontrá com o meu avô. O meu avô tinha uma fazendinha no Pelado do outro lado de Jaguaquara. Aí ela não chegou lá. Quando foram procurar a onça tinha comido ela. Acharam o cabelo e a roupa da minha avó, da mãe do meu pai.”

Os combates pelas posses das terras foram responsáveis diretamente pela execução de diversos indígenas habitantes da região. A presença dos coronéis Vemos como diretamente a avó de dona Tereza foi uma das pessoas atingidas tanto epistemologicamente e fisicamente. Esses relatos para quem guarda na memória o sofrimento dos seus ancestrais, marca a história de vida familiar.



Figura 13: “ Dona Tereza e dona Adelaide ”
Fonte: Arquivo da pesquisadora-2021

Ao vermos Dona Tereza, não imaginamos o quanto da história do surgimento da comunidade ela guarda na memória. Viúva, é moradora do quilombo Barro Preto

desde o seu nascimento. O seu pai, o senhor Benvindo Antônio foi trabalhador da estrada de Ferro Nazaré-Jequié, durante a sua construção e funcionamento.

Na época em que senhor Benvindo começou a trabalhar, a sua primeira função foi ser cozinheiro, pois ajudava na produção da alimentação das pessoas que trabalhavam na construção da ferrovia, passando depois a ser supervisor. Já a sua mãe, dona Adelaide⁸, hoje com 120 anos de idade, filha de mãe indígena com pai africano.



Figura 14: “Passe da estrada de Ferro”
Fonte: Arquivo da entrevistada-2021

Dona Tereza relata que como não existia o documento de identidade os funcionários, eles usavam a carteira de identificação⁹, “Meu pai entrou como cozinheiro quando começou a construir a estrada de ferro ele estava com catorze anos de idade quando estava abrindo a estrada Nazaré-Jequié.

Aqui não tinha luz na época, não tinha água a gente pegava água lá na Franz Gedeon de lata para trazer aqui na cabeça, está entendendo, nós buscava água lá. O rio que passava aqui era salgado. O Rio das Contas não, o

⁸ Para narrar a história do Barro Preto, precisamos levar em consideração a história de vida de moradores e moradoras que fizeram parte do surgimento do bairro. Nesse sentido, a história de vida de dona Tereza, 80 anos e a sua mãe dona Adelaide, 120 anos se confundem com a origem do bairro, pois os detalhes narrados e a vivenciam evidenciam a existência de povos originários na região antes da invasão dos europeus.

⁹ Acima a imagem representa o documento de identificação do senhor Benvindo como sendo trabalhador da estrada de ferro Nazaré-Jequié

Rio das Contas era doce. A gente bebia água do Rio das Contas, quando secava lá a gente buscava água na cacimba para poder beber, quando era seca aqui, a gente buscava água do Rio das Contas e água lá na rua do Rio Preto. A gente pegava água lá na Franz Gedeon, dava duas, três viagens lá, de lata na cabeça ó, pra fazer comida e dar banho em menino. A água que passava aqui a gente usava para lavar roupa, porque quando ele ficava bem cheio ele não ficava salgado ficava salobra, a gente ariava prato, a gente torcia roupa aí, tudo a gente fazia aí. Tomava banho, que as águas era tudo limpinha, hoje tá aí o esgotão acabaram com o rio, acabaram com o Rio das Contas. Hoje mesmo a gente ouviu dizer “a Barragem tá cheia”, tá cheia mas cadê eles, cadê eles que a gente devia ver antes da barragem encher mandar descer o trator nessas beiradas de rio, fazer a limpeza, limpar o Rio das Contas, isso aí é a carta postal de Jequié.

Ela demonstra preocupação com a preservação do bairro¹⁰, pois hoje a área verde do local precisa ser revitalizada, tornando o espaço recuperado para uso da comunidade.



Figura 14: “O Rio”
Fonte: Arquivo da pesquisadora-2021

¹⁰ As dificuldades encontradas pelos moradores do Barro Preto, por ser uma comunidade de moradores com baixo poder aquisitivo a falta de assistência de outrora, se repete na falta de políticas públicas sociais e ambientais que auxiliem o desenvolvimento da comunidade.

Ao falar sobre a beleza do lugar ela relembra na época da construção da estrada de ferro, que os indígenas se organizavam dentro de áreas rochosas e ao ouvem o barulho dos trabalhadores eles respondiam com cantos.

Com o tempo e a falta de investimento e manutenção a paisagem natural sofreu com a ação humana. Para as pessoas que percorrem a rua principal do bairro, percebe o caminho de um córrego úmido que atualmente está sendo usado como lixão e serve como pastagem de animais pertencentes aos moradores.

Dona Tereza se emociona ao falar sobre a época em que o Rio das Contas fazia parte da vida dos habitantes, pois era dele que vinha parte da água para abastecer as residências, lavar as roupas e garantir o entretenimento da comunidade.

Isto aí era lindo, essa areia do rio era cor de rosa, coisa mais linda, olhava assim, chagava brilhar o Rio das Contas, era lindo, isso aí era usado pelos índios, tá entendendo, as tribo de índio, esse Curral Novo tudo isso era tribo de índio, com esse, esse lado aí ó, tudo era índio que tinha aqui.

Ao se recordar sobre a vida e as pessoas que fizeram parte da formação social, ela se recorda sobre a existência de negros na região

Não. Negócio de escravo, não. Só a pessoa que tinha foi uma senhora. Eu conheci uma senhora no Baixão, chamava Sinhá Cota, ela era, ela foi escrava¹¹ do povo de Zito Caroso , tá entendendo. Ela era negra da Costa, mora no Baixão, chamava Cota, a gente chamava de Sinhá Cota, ela era escrava do finado Zito Caroso que tinha fazenda pra dentro, pra dentro do Baixão véi, aquele mundo de lá. Ela foi escrava deles, ela era negra da Costa foi criada lá. Eu conheci essa pessoa que era negra. E conheci também. Conheci, não ouvi falar do meu avô que era pai de mãe filho de negro da Costa criado na fazenda de, de, do Coronel Costa.

Para ela, os indígenas deveriam ser reconhecidos na região de Jequié e principalmente na comunidade quilombola., pois a região sempre foi habita por indígenas, seus descentes. Quando ela fala a respeito da comunidade ser quilombola ela relata

¹¹ Dona Tereza traz importantíssimas informações sobre a existência de indígena e africana na região, existente até mesmo antes da construção da estrada de ferro. Mesmo dona Tereza falando de não saber da existência de escravizados na região, ela conta de forma detalha o conhecimento que tinha de uma negra e do próprio avô. Ao denominá-los de negros da Costa, como eram conhecidos, o termo era usado para designar o local, a costa oeste da África, de onde os africanos eram capturados e forçados a migrarem.

Diz que é considerado quilombo, mas aqui nunca foi quilombo porque quando mãe veio pra aqui menina pra Jequié, Jequié estava abrindo ainda a cidade. Não tinha casa, não tinha moradores, tá entendendo. Jequié tem cento e poucos anos. Mãe é muito mais velha. Como é que eu posso dizer que isso aqui é quilombo, nunca foi. A cidade de Jequié, quem fez a primeira casa aqui de barão foi o coronel Costa, que comprou aquela manga do Costa todinha (...) Ele tinha escravos. Não era escravos, tinha as negras criadas na casa dele. Negras criadas. Como criou a mãe do meu avô que era criada deles, que teve ele lá na casa do coronel, tá entendendo. E meu avô ficou sendo vaqueiro, tomando conta de gado, tomando conta de tudo o que ele fazia. É tanto que meu avô não falava direito. Não falava a língua que nem a gente, porque diz que quando nascia eles cortava a ponta da língua pra falar diferente, é ele fala “piquê”, essas coisas assim, e se ele se aborrecesse a voz não saía. É meu avô pai de mãe teve a língua cortada, era filho de negro da Costa legítimo, mas aqui mesmo nunca foi quilombo (...) eu só sei dizer que Jequié antes de ser aberto cidade, Jequié era tribo de índio.

A luta de dona Tereza baseia-se no reconhecimento de que o Barro Preto é uma comunidade quilombola que precisa ser identificada e reconhecida pela sociedade como uma comunidade afro-indígena¹², por conta da existência de negros e indígenas na região, pois o reconhecimento dos povos originários na terra, precisa ainda ser legitimado

Os negros veio no porão dos navios para plantar cana, café foi trazido as sementes pelos negros, olha cacau, café e cana foi os negros que trouxe da África pra aqui, está entendendo. Depois foi os italianos, tudo trouxeram os negros para trabalhar, então aqui não tinha quilombo nenhum, era de índio. A parte da Bahia, onde foi que descobriu os índios, onde foi que descobriu a terra brasileira? Porto Seguro. Porto Seguro é toda terra de índio e eles sabem, todas as pessoas sabe que aqui na Bahia é terra de índio. (...) Hoje me dia eles ficam dizendo que é só africano, que veste isto, veste aquilo, mas a Bahia é terra indígena e nós somos da nação indígena porque eu sou filha de uma filha de índio eu sou indígena também e tenho orgulho disto (...) é a minha nação.

¹² O conceito de afro-indígena, de acordo com Wade, “Esses processos fomentavam a miscigenação entre africanos e indígenas de tal forma que se formou uma população plebeia de ascendência mista” (p.129). A legislação parece desencorajar a miscigenação afro-indígena, mas ela não provocou uma completa separação entre os dois grupos: alguns indivíduos afirmam ser, ao mesmo tempo, tanto uma coisa quanto outra” (WADE, 2018, p. 142).

O não reconhecimento também da existência da escravização dos negros e negras fica explícito no relato de que estas pessoas eram criadas nas fazendas. No entanto, esse ato de criar, era a continuidade da escravização destas pessoas, que após a alforria como não tinham local para onde ir ficaram sendo explorados pelos proprietários das terras sem garantia de direitos.

Falar sobre a educação escolar quilombola é de fundamental importância para esta pesquisa, porque a partir da visão da comunidade poderemos perceber qual a visão dos moradores sobre as atividades curriculares realizadas no ambiente escolar. Ao falar sobre a educação escolar quilombola, dona Tereza acrescenta que

Eu acho assim, eu acho que hoje eles puxa muito pro lado dos negros, está entendendo, e esquece da nossa raça, do nosso sangue, porque aqui a parte da Bahia, você vê que Porto Seguro não precisa ninguém perguntar, que Porto Seguro é a porta dos índios, foi aonde foi encontrado toda a gente brasileira antes de ter qualquer tipo de pessoa no Brasil, essa nação abençoada de Deus (...) hoje você vê os índios sofrendo por um palmo de terra, isso é o que dói na nossa mente. Sendo que a terra dos negros está bem longe de nós. Muito longe de nós. Nós não vamos dizer que é porque não gostamos dos negros, não é nada disso. Eu estou dizendo é o nosso sangue a nossa raça (...) os índios guerreiros que lutaram, quer dizer que acabou com Maria Quitéria, acabou Quindaiá, Jaguaracá, Tupiaci, Tupinambá, aquelas estátuas em Salvador eram índios, índios que guerreou por nossa terra. Agora com os negros veio a mistura, porque o negros foram trazidos nos porões dos navios para trabalhar para trabalhar como escravos (...) hoje eu estou aqui com 81 anos que moro nesse lugar. Minha mãe tá com 121 anos que vai fazer agora em dezembro. Nós veio pequeno para esse abarracamento essa casa grande que tem aí, que meu pai era servidor público, do governo, da estrada de ferro. Nós casou, construímos família e nunca saímos daqui. Nós temos que ir para a realidade porque nossos netos estão crescendo, nossos bisnetos estão crescendo e não sabe quem é eles. “Eu vim da África, eu vim de lá dos africanos”. Não, não veio (...) não pudemos deixar de fora, não podemos jogar a nossa raiz fora e dizer que somos não sei da onde, não. Nós somos daqui.

Dona Tereza considera importante que a comunidade faça parte das ações e atividades da comunidade escolar, já que desta forma as atividades didático-pedagógicas serão desenvolvidas a partir da valorização dos diversos saberes ancestrais, pois

A ressignificação curricular das escolas quilombolas, no intuito de promover um diálogo com a história, saberes, cultura, costumes, modos de vida, somente será possível com a participação da própria comunidade, sendo protagonista desse novo pensar. Acredito que com o esse entendimento é que podemos dar passos significativos em direção à inclusão dos saberes quilombolas em conteúdos escolares e assim promover um diálogo epistêmico entre os diferentes saberes. Assim, não basta fazer uma inserção caricaturada dos saberes e cultura quilombola nos conteúdos escolares, se faz necessário saber como essas comunidades querem seus saberes incluídos no cotidiano escolar (SANTOS,2019, p. 56)

Para a moradora, a luta pelo reconhecimento é uma luta que visa a valorização de suas raízes, assim sendo, o processo de reconhecimento e valorização se dará também com a participação dos anciãos e griôs no processo de ressignificação do currículo escolar. Referindo-se ao reconhecimento étnico e valorização da tradição, dona Tereza canta uma música que ela relata ter sido muito cantada, não por ela, mas ela aprendeu com a tradição

Pedro Álvares Cabral foi quem descobriu o Brasil
 Pedro Álvares Cabral foi quem descobriu o Brasil
 A nação que ele encontrou foi os caboclo gentil
 A nação que ele encontrou foi os caboclo gentil¹³

. Sobre a tradição do seu povo e o uso das plantas medicinais, dona Tereza fala sobre a medicina indígena e o processo de cura

Eu mesma aprendi muitas coisas, porque o conhecimento leva a gente a conhecer muitos remédios muitos bons. Como hoje a gente vê na feira o melão, a melancia, você vê a semente do girassol, você vê tudo isso, não é? Tudo isso é remédio, você vê o dandá de caroço, você vê aqueles pacotinhos que os raizeiros vende, angélica africana, aquilo mesmo é bom para o intestino, o dandá de caroço é bom para cólica, sara, cura qualquer pessoa porque essas plantas Deus já deixou as plantas pra nós curar, você vê que hoje os médicos tá aí nas aldeias, mas antes disso, qual era o médico que as aldeias tinha? E os índios eram muito bem tratados, muito bem forte, era porquê? Por que eles conhecem as plantas (...)isso vem da nossa raça. É difícil você ver uma pessoa que não gosta de peixe. É comida indígena verdadeira é o peixe, o peixe e as caça do mato. Raiz, né. O povo não dá valor a um pé de umbu. O pé de umbu se tiver uma seca você pode cavar ele do lado e tirar o pote de raiz, deste

¹³ Em relação a esse canto, percebemos nos dois últimos versos o pertencimento à terra dos povos originários, os quais foram dizimados pela ação do europeu.

tamanho, que ele está cheio de água, no pé de umbu. Você vê a seca quando sai o pé de umbu tá verde que dá gosto (...) pois é na raiz do imbu embaixo ele dá aquela raiz grossa você pode cortar que dá aquela água geladinha, misturada com aquela carne que nem carne de coco, pai cansou de cortar para mim no mato.

Dona Tereza mencionado o os saberes que traz sobre o uso das plantas medicinais, acrescenta que o seu povo foi curado com o uso das raízes e a alimentação saudável como a caça e peixe retirados da natureza.

5.3. A história do Senhor Basílio

No Barro Preto, encontramos diversos moradores antigos que ainda guardam na memória as histórias da comunidade e a sua trajetória de vida como negro, negra que preservam as práticas tradicionais de origem africanas.

Dentre os moradores mais antigos, encontra-se o senhor Basílio, marceneiro e oleiro, muito conhecido no bairro e em diversos locais e distritos da cidade. Casado, pais de três mulheres e um menino que ainda faz uso do ofício aprendido na infância no ambiente familiar, como forma de sobrevivência.



Figura 16- “ Senhor Basílio, marceneiro, Quilombo Barro Preto”
 Fonte: Arquivo da pesquisa de campo- Jeane Borges- 2020

A prática da olaria também foi uma das atividades desempenhas pelos negros durante o século XIX. Ainda existente em diversas olarias espalhadas pelas periferias das cidades foi uma atividade ancestral que era desempenhada muitas vezes por grupos familiares. É a partir destas práticas ancestrais que senhor Edvaldo Santos Silva, conhecido por Basílio, por conta do seu pai que se chamava Basílio. Ele é oleiro e marceneiro lembram do trabalho desenvolvido pela família.

“Eles trabalhou muito tanto em Jequié como na região porque eles era de Itagi e a profissão deles era oleiro. Todo mundo: meus tio, meus avó, até minha avó, minha irmã mais velha tudo era oleiro. Todo mundo na olaria, os tio por parte do meu pai, os meu tio por parte da minha mãe, todos ele foi oleiro. A gente foi tudo criado nim olaria, fazendo material tanto aqui em Jequié em todos os local, na Lomanto Júnior, povo chamava atigamente, tinha um lugar que o povo chamava Curral dos Boi. Aí tinha uma olaria de Luiz Magalhães foi a olaria mais famosa daqui da região porque lá produzia todo o tipo de material: fazia bloco, fazia telha de cerâmica, fazia ladrilho porque antigamente não tinha cerâmica. Era ladrilho de Barro. Na olaria de Luiz Magalhães como na

região: Jitaúna, Ipiau, Ubatã, Ubaitaba, Iléus, Itabuna, nessa região toda. Uruçuca, Canavieiras é Camamu, Santo Antônio de Jesus(...) trabalhou pro lado de Minas também, subindo fora da Bahia também. Eles eram o pioneiro de trecho. Não tinha lugar. Itajuru. Não tinha local. Esse Rio de Conta aqui. Daqui de Jequié até Marau (...) a gente ia fazer material”.

A fala acima do senhor Basílio, traz o percurso de uma família negra que trabalhou na fabricação de diversos materiais produzidos em olarias, ofício que era passado de geração em geração. Percebemos também, que era uma profissão que era reservada também à mulher negra “até minha avó, minha irmã mais velha tudo era oleiro”, pois diferentemente das mulheres brancas não tinha privilégios sociais, precisando contribuir com a renda da família em trabalhos pesados.



Figura 17- “Senhor Basílio”
Fonte: Arquivo da pesquisadora -2020

Senhor Basílio, um dos moradores antigos da comunidade quilombola situada no Barro Preto na cidade de Jequié. Possui como nome de batismo Edvaldo Santos Silva. Conhecido como Basílio, por ter herdado nome do seu pai, oleiro que tinha como ofício o dom de trabalhar na produção de artefatos feitos de cerâmica.

Senhor Basílio fala com orgulho da profissão exercida por toda a sua família e lembra que era uma atividade desenvolvida por todos, inclusive as mulheres. Toda a sua família trabalhou nas olarias de Jequié “eles era pioneiros de trecho”, a exemplo de seus avós senhor Justino e dona Germana, o seu pai senhor Basílio e os seus tios Ananias, Napoleão e João.

Ele relata que foi a partir da necessidade de utilizar objetos e instrumentos de madeira para auxiliar na fabricação dos artefatos de cerâmica que a sua família desenvolveu a técnica de trabalhar com a marcenaria.

E lá tinha muito engenho de fazer bebida, destilava a bebida e nós trabalhava num lugar destes engenhos. E lá o material ia pra construir esses engenhos, onde nós trabalhava. Então a minha família, meus pai, meus avós e meus tio são umas pessoas que trabalhou muito pela Bahia. Tanto nós fez serviço aqui, como em Salvador, Santo Antônio de Jesus... Aí essa produção de lá saia pela parte de Nazaré das Farinhas e pegava a região de São Francisco do Conde.

Senhor Basílio lembra que a profissão desenvolvida por sua família, possibilitou o conhecimento de diversas regiões, fazendo com que hoje ele fosse um representante destas memórias na época da construção dos engenhos. “Poucas pessoas daqui da região, de Jequié e do interior baiano pra conhecer a Bahia o tanque que eu conheço. O distrito todo, Jaguaquara, Itiúba, é, a região de Itabuna de Ilhéus, Olivença” ... “Camaçari eu conheço todo, porque lá tem uns bairros chamados Bomba 1, Bomba 2 se o cara não souber, se perde. E Salvador eu conheço todo igual a palma da minha mão, ande de pé lá, eu andava de API pra Pernambués a noite toda”.

O talentoso marceneiro não se esquece que a chegada da família no Barro Preto se deu em um momento muito importante, pois marca a época de construção da primeira escola pública na comunidade. A unidade escolar em questão era Colégio Duque de Caxias, denominada desde o processo de certificação da comunidade quilombola, como Colégio Estadual Dr. Milton Santos.

Quando nós chegamos pra aqui pra essa rua foi em sessenta e. pra não falar nem a mais nem a menos, foi

em sessenta e oito que o Duque foi construído. Quando nós chegamos ele *tava* construindo, depois quando nós chegamos aqui o não era nem Duque ainda, *tava* construindo...já tinha a casa de seu Jacinto, na época um dos moradores mais velhos. As casas eram saltiadas, aqui no Barro Preto era tudo de Barro, tudo de taipa, não tinha calçamento. O Duque não era murado, ali onde era o campo de futebol, tudo era aberto. Não tinha aqueles dois colégios (pavilhões), não tinha quadra. E o alto do cemitério não tinha casa, as casas eram saltiadas, não tinha a Manga de Elsa, a Manga de Elsa veio depois em sessenta e nove, 1970.

Senhor Basílio guarda em sua memória importantes informações sobre a origem do bairro, a partir destes dados podemos perceber que as pessoas que deram origem ao povoado eram pessoas humildes. Ao falar sobre a escola é notório que a sua construção, passa a ser uma referência, pois até o momento a comunidade não tinha acesso a uma instituição de ensino regular.

O primeiro colégio que eu estudei foi no Duque, o primeiro colégio aqui da área. Ele foi fundado mais ou menos, acho que foi em 1970, quando foi em 71 eu passei a estudar nele porque antes eu estudava de forma particular. Aí quando eu passei para a primeira série eu fui estudar ou foi em 1970 ou foi 71 foi nessa época aí, porque eu sabia das data tudo, mas a gente vai perdendo... era nas casas mesmo, nas casa do pessoal, tinha uma professora com o nome Delinha ela morava aqui de junto desse posto, desse posto de gasolina que vai pra o Maringá, deixa ver quem mais meu Deus...na estação de junto lá do hospital, na estação que o povo chama de estação, ali tinha uma professora também que a gente saía daqui para estudar lá, era dona Delinha e lá na estação, as aulas eram pagas...nessas emergências teve o Mobral e nós estudava sem livro, não tinha livro não, aí foi que apareceu o Mobral e continuou dando os livros e ensinava o Mobral e a gente ia para o Mobral de noite, pra poder ter o sabor de pegar num livro.

Ao falar sobre a Manga de Elsa citada acima ele se refere a um local muito utilizado pela comunidade para a prática de esportes. Como na comunidade não existe quadra poliesportiva, os moradores utilizam a área que pertencia a uma fazenda como campo de futebol.

Dona Elsa era a proprietária da fazenda, aí tudo era cercado tinha um, no campo de Elsa aí, tinha uma chácara do outro lado onde era o posto ali, ali tinha uma e o resto tudo era mangueiro, com a formação do campo que era mais ou menos em 1969 pra 1970, aí as coisas foram, foram melhorando, aí já eles, aí tudo era cercado. A liberação só veio pra esse loteamento aí, mais ou

menos em 75, 1975 que ele liberou para fazer loteamento, mas de setenta e cinco pra traz tudo era loteamento.



Figura 18- “Manga de Elza”
Fonte: Arquivo da pesquisadora-2021

Ao falar sobre as ações do poder público na comunidade o senhor Basílio relata que a “importância do Barro Preto ter a melhoria foi por causa da Petrobrás, tem a Itapemirim, já foi um grande benefício, o anel rodoviário, teve uns alto e baixo, mas o anel rodoviário e a Petrobrás foi uma coisa muito importante para o bairro.” Os locais citados por senhor Basílio ficam no entorno do Bairro, mais precisamente na saída do município.

Durante as práticas esportivas, os moradores utilizam um pequeno vestiário. É importante salientar que este local é construção que fica dentro do espaço conhecido como Manga de Elza¹⁴. Observando o espaço utilizado como vestiário fica evidente como as comunidades periféricas são desassistidas pelo poder público, não tendo direito às áreas de lazer, ou seja, a espaços públicos de interação social.

¹⁴ A Manga de Elsa, foi um espaço adaptado pelos moradores como área de lazer. Apesar de todo o esforço da comunidade para ter acesso a um campo de futebol fica evidente na imagem acima a falta de investimento do poder público para limpeza e organização do espaço



Figura 19- “Vestiário do Campo de Futebol do Elza Leone”

Fonte: Arquivo da pesquisadora

Senhor Basílio também relata que também não existia água na região, a água encanada. O local era cercado por lagoa e a estrada do trem passava em sua porta, não existia residências.

Aqui era a rua da linha, não tinha morador aqui. Só tinha morador no Barro Preto e no alto de cemitério e aí nesse meio do Duque. As casas era tudo salteada. Aqui tudo era lagoa e as estrada do trem passava aqui nessa rua. Era aí, tudo era durmente, aí onde está esse calçamento era um poste lá na frente.

Diante das histórias contadas por senhor Basílio, notamos como a sabedoria e a sua ligação com a história da comunidade faz com que o mesmo represente uma memória viva para a da comunidade. Ao ser questionado sobre o significado do nome Barro Preto dado ao bairro, ele relata que

Esse nome é antigo foi desde quando fundou Jequié porque Jequié era uma fazenda chamada Borda da Mata e aí foi fazendo os bairro esse bairro aqui tomou o nome como Barro Preto. Aí tinha seu Nozin que era um dos morador mais antigo e ele fazia o negócio de Bumba meu boi e a festa era no Barro Preto.

O marceneiro também representou o município de Jequié em diversos campeonatos de atletismo. Ao lembrar sobre a época do atletismo ele relata que

Ah, o atletismo foi uma coisa muito importante na minha vida porque eu pratico esporte desde os sete anos de idade, é, quando eu comecei a fazer *cooper* eu tinha sete anos, joguei muito futebol e participei de vários

eventos. Não só em Jequié, como também fora em Ipiáu, Ilhéus, Lafaiete Coutinho e já teve também os professores em Salvador que me colocaram em uma equipe pra mim fazer apresentação por Jequié e foi a gestão de Luiz Amaral os quatro anos todinha, a gente fazendo os treinamentos no Estádio Valdomiro Borges, por sinal, o Estádio Valdomiro Borges é todo medido pelo atletismo de Jequié. Chamava Escolinha de Atletismo de Jequié, o professor era o professor Carlos e outro componente também era, era, ele é de Salvador, aí eu esqueci. Mas tinha vários atletas de grande importância como Arrais, Eliomar, Eliomar por sinal ela foi até para outros estados e representar Jequié em Simões Filho e fora aqui do Brasil foram vários atletas.

Senhor Basílio relata que na época corria a maratona de rua e fazia o revezamento de quatrocentos metros e cem metros rasos. Ele comenta que ficou muito tempo correndo pelo patrocínio de Jequié, pela prefeitura foram quatros anos, e regionalmente participou durante muitos anos “todas as maratonas eu participava, do aniversário de Jequié em 25 de outubro, da de Santo Antônio, do Sesc, todo ano eu participava da do Sesc”.



Figura 20- “Senhor Basílio apresentação do uniforme da Minimaratonona do SESC”
Fonte: Arquivo da pesquisadora-2020

O atleta se recorda de também ter participado das corridas organizadas pela rede de Supermercado Cardoso, mas as mais famosas segundo ele eram as do Sesc e do aniversário de Jequié. Além disso, ele participava de outras maratonas organizadas por diversos patrocinadores “foi muitos anos eu correndo, foi mais ou menos de 1980 até 2005. E treinamento eu só parei de treinar assim, quando eu completei mais ou menos 50 anos que eu diminuí.

Hoje, ele relata que faz “apenas um trote na porta de casa”, mas que a época em que participava do atletismo era boa.

Como forma de demonstrar o respeito e orgulho pelas atividades esportivas desenvolvidas senhor Basílio fala que ainda matem guardadas diversas roupas usadas na época do atletismo “aí eu tenho roupa do atletismo, eu tenho meia, roupa, tenho *short*, tenho a camisa tá aqui a camisa e o short”. Além de senhor Basílio

representar o município, não podemos esquecer que ele também representava durante as maratonas a comunidade do Barro Preto.

Ao falar sobre a certificação da comunidade quilombola, ele considera que foi um ato que grande importância para os moradores da comunidade

Porque foi uma criação do bairro de ter esse privilégio de ser quilombola que até hoje ainda faz ainda uma grande, um grande êxito em favor da comunidade. Como veio agora com a corona vírus a população teve o privilégio de todo mundo se vacinar logo, todo mundo. Todas as pessoas adultas a partir dos 18 anos, né. Só essa questão já foi uma grande oportunidade de melhoria pra pessoas em ser quilombolas.

É por conta da educação quilombola desenvolvida na comunidade que a memória do grupo é passada de geração em geração assegurando o conhecimento das tradições. Neste sentido, o senhor se recorda das manifestações realizadas na comunidade e acrescenta, ao falar sobre as manifestações religiosas da cultura africana ele relata

Esse Zelito, ele é que era o mais famoso aqui, ele tinha cordão de afoxé, ele ela que era mais, ele saia daqui de Jequié ia pra São Paulo, ia pro Rio de Janeiro, tudo para fazer esses tipos de trabalho. E ele tem a residência dele logo aqui, ele faleceu, a família, eles não tão seguindo a religião não, mas a residência tá lá. Mas outras pessoas, tem o Valdemar da Gomeia, tem um monte por aqui, ainda tem gente com o centro de candomblé. Tem caruru, tem tudo. Tem um Jorge, que tem um centro que mora no fundo desse...dessa comunidade aqui, de junto do Padre Molina que é uma igreja e colégio, tem um aqui que se chama Jorge. Tem outra lá no inferninho, pra lá acho que tem mais duas. Agora no Sete de Setembro teve o caruru, que Jorge deu um caruru pesado aí. Teve muita gente aí.

O caruru de Cosme e Damião é um acontecimento sagrado para o povo de santo. Essa passagem no faz recordar da explicação feita da pelo personagem Antônio Burokô ao jornalista Jerônimo Carvalho sobre este ato de tradição, fé e agradecimento aos santos. Ao falar sobre a presença das sete crianças sentadas na esteira ele explica que

Dizem que são sete irmãos: Cosme, Damião, Dou, Alabá, Crispim, Crispiniano, e Tabali, todos mabaças. É uma mistura das raízes culturais brasileiras e africanas. Crispim e Crispiniano são dois outros santos tidos como gêmeos. Falam que eles eram médicos e também faziam milagres por isso muita gente confunde a tradição deles

com a de Cosme e Damião, mas eles são homenageados no dia 25 de outubro, por isso o povo diz: Quem não der caruru a Cosme em setembro, pode dar em outubro que ele aceita”. (AILTON, 2015.p. 62)

Mesmo havendo a presença de outras manifestações religiosas como a presença de igreja católica, creche e escola católica e igrejas evangélicas, percebemos que a devoção ao candomblé ainda é muito presente no cotidiano da comunidade. Ele ainda acrescenta a existência do Terno de Reis, da Mulinha, eventos que ele ia apreciar, não participava, mas sabia como fazer.

5.4 Dona Judite: vida, cura e proteção

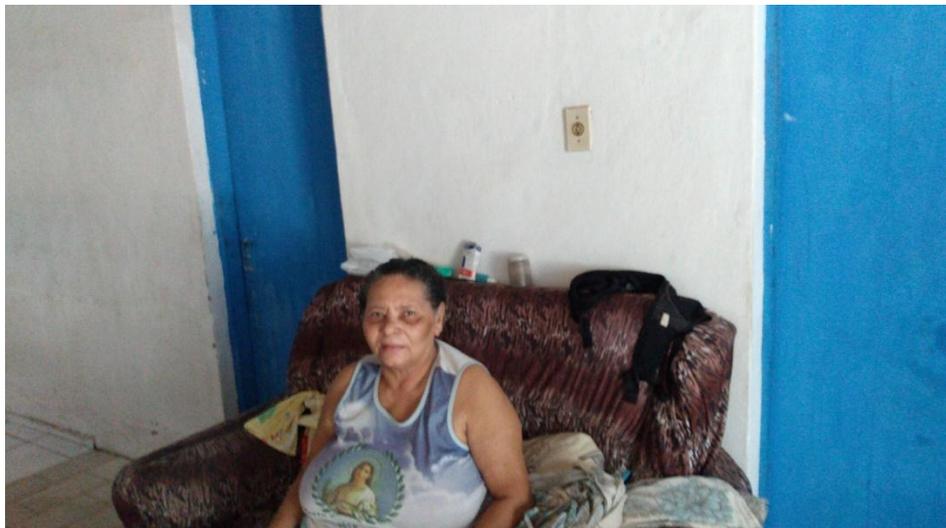


Figura 21- “ Dona Judite, benzedeira do Quilombo Barro Preto ”
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo- 2020

A vida em uma comunidade tradicional nos possibilita vivenciar e ter acesso a alguns “elementos africanos” que resistiram aos processos de colonização dos saberes transgredindo e transcendendo as normas sociais da branquitude. Podemos considerar que são essas epistemologias africanas, as responsáveis pela preservação da vida, garantindo a sobrevivência da etnia nas variadas gerações.

A representatividade das mulheres dentro dos cultos afro-religiosos diferentemente do que ocorre em outras religiões ocidentais, possibilita que estas figuras femininas ocupem o lugar central, de liderança, saber e poder, Lima e Santos (2020) sendo consideradas sacerdotisas por trazerem consigo epistemologias que foram fundamentais para o fortalecimento das religiões de matriz africana.

Nesse sentido, a história de Dona Judite que é Mãe de Santo, parteira e benzedeira, representa uma trajetória de vida dedicada às práticas de conhecimento dentro da religião de matriz africana, religião que valoriza o protagonismo das mulheres negras propiciando para a comunidade o acesso a cura espiritual e para as mulheres de axé, o lugar de liderança

Neste espaço de conhecimentos, práticas e hierarquias, as mulheres negras ganham destaque enquanto figuras sacerdotais de intenso poder e prestígio dentro das instâncias afro-religiosas, uma vez que foram de extrema importância para a construção e consolidação dos cultos afro-religiosos. O caráter ancestral da figura feminina enquanto progenitora, mãe e cuidadora se expandem para as noções de empoderamento, autoridade e hierarquia dentro de um espaço de massiva dominação masculina nas civilizações ocidentais, a saber, a religião (LIMA E SANTOS, 2000, p. 557)

Ao falar sobre a o protagonismo destas matriarcas, dona Judite que hoje tem 79 anos relata que as suas práticas ancestrais foram manifestas desde a infância, no seio familiar

“É, eu lembro que quando eu era criança eu e meu irmão ficava brincando no quintal. A gente ia para o quintal, o quintal tinha muitas plantas, árvores e ele começa a bater uma lata, a gente brincava assim, e eu cantava e ele dançava. Quando eu ia ver ele já estava dando o Santo. (risos). Era e a minha mãe ficava na cozinha. Aí, ela dizia: o que é isso aí? Já está dando Santo? Certo pode continuar”.

A ancestralidade africana manifestada durante as brincadeiras de dona Judite nos mostra como desde a tenra idade o poder mítico e sacerdotal já se manifesta naturalmente dentro do ambiente familiar. Filha do senhor Lourindo Cruz de Oliveira que era alfaiate e fabricava violão e dona Anicete (Nice) da Luz de Jesus que trabalhava na roça no plantio de feijão arroz e mandioca, lembra que nasceu em Florestal, um distrito pertencente ao município de Jequié. A recordar o período em que viveu em Florestal ela relata

“Comecei a trabalhar desde cedo. Trabalhei na roça plantando desde pequena, bem pequena. Com oito anos eu já tinha roça. Eu tinha uma enxada pequena. Eu trabalhei no plantio do feijão, da mandioca. Eu também trabalhava de serraria. Eu fazia muita coisa”.

A partir deste relato percebemos que a infância de dona Judite pode ser facilmente comparada a infância de tantas outras crianças não brancas. Uma infância onde desde cedo conheceu a força do trabalho pesado longe do acesso à educação formal por falta de condições de acesso e permanência nos espaços escolares. Assim sendo, são mulheres como dona Judite, Borges (2020) que ocupam a base da pirâmide, são ativistas na luta contra o preconceito religioso a partir de práticas de orientações e valores não europeus.



Figura 22- Centro de Umbanda Iansã Axé, Quilombo Barro Preto
Fonte: Arquivo da pesquisa de campo- Jeane Borges- 2020

A imagem acima, mostra o Centro de Umbanda Iansã Axé, casa religiosa gerida por dona Judite e sua residência também. Espaço esse que além de ser um espaço de manifestação religiosa, é o espaço que recebe os moradores da comunidade ou arredores para receber a cura por alguma enfermidade a partir da benzedura realizada por dona Judite.

Dona Judite¹⁵, também é moradora da comunidade quilombola do Barro Preto, com 79 anos de idade relata a sua vivência na comunidade.

A sua residência¹⁶ é local de acolhimento e atenção para aqueles que necessitam. De forma gentil e acolhedora, ela relata que neste momento acabara de

¹⁵A história de vida de Dona Judite é outra narrativa que nos emociona ao percebermos como uma mulher mesmo em uma sociedade machista e patriarcal consegue ser respeitada e reconhecida pela comunidade como uma mãe, sacerdotisa e cuidadora.

¹⁶ É importante relatar que para encontrar a casa de Dona Judite tivemos que percorrer algumas ruas da comunidade, ao chegarmos lá, percebemos que diversos indícios culturais visualizados na rua da Linha, antiga rua da linha do trem, nos davam pistas de que estávamos chegando cada vez mais próximos ao local sagrado da religiosidade de matriz africana, pois começamos a perceber a

benzer um de seus netos, na verdade, o filho de um rapaz que ela pegou no parto e não só ele, mas como muitas outras crianças ainda eram levadas pelos pais para que ela benzesse.

Filha do senhor Lorindo Cruz e de dona Aniceta da Luz, mais conhecida como (Nice), ela conta que o seu pai era alfaiate e construía violão. Ela comenta não saber da data de nascimento dos seus pais, pois na época quando a criança nascia a data era registrada na “manarca do pensamento”, que segundo ela e o senhor Pedro era como se fosse um calendário. Neta e filha de indígena por parte materna, companheira de senhor Pedro Novais há 31 anos, dona Judite deu à luz à 10 meninas e 05 meninos, totalizando 15 partos, dentre estes um de casal de gêmeos, ela relata que foi mãe e parteira aos 15 anos de idade. A sua relação com o trabalho tem relação com diversas profissões, pois Dona Judite acrescenta que além de parteira e benzedeira ela também trabalhou em serraria e no plantio de diversas culturas na roça, desde que tinha 8 anos de idade

Eu nasci em Florestal, desde 8 anos eu já tinha a minha enxada, eu já ajudava a roça, eu plantava feijão, mandioca, arroz. Lá na roça a vizinhança era boa. A minha avó e bisavó era índia legítima foi “pegada a dente de cachorro”. Meu bisavô era negro, da parte de minha mãe era negro, mas da parte de pai era tudo branco.

Ao falar sobre a sua formação familiar, dona Judite traz informações relevantes para as questões étnicas-raciais. Ela fala da criação da sua bisavó, avó e mãe que eram indígenas e a sua relação com a cura por meio das plantas medicinais que se baseia nos costumes do seu povo, inclusive aprendeu a como ser parteira

Eu aprendi desde que tinha 15 anos. Eu peguei filho da minha mãe. Eu pegava as crianças. Peguei tanta criança que eu perdi a conta (risos). Não tinha médico. Eu já ajudei tanta gente. Um dia até no hospital eu ajudei uma mulher. Tem vários meninos que eu ajudei a pegar. Hoje eles passam por mim pedem a benção, me chamam de vó. Tem alguns que vêm ainda aqui para eu rezar. Eles vêm e trazem os filhos também.

Sendo uma griô respeitada na comunidade, dona Judite comenta que sempre se mostra disponível para participar de entrevistas e trabalhos de pesquisas

existência de vasos com a plantas espadas-de-ogum na porta de um vizinho, a encontrar duas mulheres conversando e entre elas a mais nova, aparentado ter cerca de 35 a 40 anos estava carregando um galhinho de folha de arruda em uma das orelhas. A crença nos costumes africanos estava imbricada no *modus vivendi*, da comunidade quilombola.

escolares e de faculdade. Uma das entrevistas foi trabalho realizado pelos estudantes orientados pelos professores da unidade escolar, do Colégio Milton Santos para a participação dos projetos estruturantes Educação Patrimonial Artística (EPA)¹⁷.



Figura 23-“ Pesquisa do CEDMS”
Fonte: Arquivo CEDMS



Figura 24- Mesa de Santo
Fonte: Arquivo CEDMS

¹⁷A imagem da esquerda representa a foto do álbum que foi elaborado na unidade escolar feito com a foto de dona Judite e bordado com renda e missangas, para fazer referência a cultura africana. E do lado direito, é a foto do certificado da Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro, que dona Judite mantém exposto na parede da sua sala.

A crença nos saberes culturais ancestrais, é identificado a partir dos hábitos dos moradores e das pessoas que possuem ligação com dona Judite. Ela reconhece que estes saberes vieram de forma natural, não ensinado, mas aprendido do convívio e do conhecimento no seio familiar.

A minha avó ela sabia o dia que ia morrer. Ela sabia ela tinha tudo arrumado. Até a roupa ela já sabia que ia usar. Ela sabia a data. Quando a notícia chegou lá em casa, estávamos todos lá. Quando vieram avisar a minha mãe. A gente já sabia. A minha tia também sabia. Ela avisou falou que ia morrer naquele dia. Depois chegou a notícia que ela passou mal.

Dona Judite, conta sobre estes pressentimentos familiares, relatando que eram questões ligadas à ancestralidade, que eles pressentiam as energias e as mensagens. Como sacerdotisa da casa de Umbanda Iansã Axé, ela relata que sempre ofereceu o caruru, mas que com a pandemia ela ficou impossibilitada de fazer a festa. “Eu todo ano faço, faço e vem muita gente. Vem gente daqui, vem gente de outros bairros até de outras cidades”.

Os festejos de Cosme e Damião é uma tradição dentro das religiões de matriz africana. Entretanto, esse ano de 2021 foi mais um ano que o caruru não pode ser oferecido no Centro de Umbanda Iansã Axé, pois a comunidade quilombola e seus filhos de Santo acabaram perdendo mais uma anciã, que foi para o descanso eterno carregando consigo todo o conhecimento adquirido com a ancestralidade.



Figura 25- Casa de senhor Pedro
Fonte: Arquivo da pesquisadora

Ao conversar com uma de suas netas Adriana Cardoso, ela informou que

Como ela faleceu, né ninguém vai dar continuidade aos rituais que é tomar conta do terreiro, então o pessoal vem e recolhe todas as imagens as coisas que tinham de fazer as oferendas e tudo mais, então eles levam, e fazem uma limpeza. Chama de limpeza. Eles vieram e fizeram uma limpeza na casa e levaram tudo aquilo que é do candomblé, que ela participava de roupa, de imagem, tudo foi levado, tambor tudo mais, então eles fizeram esta limpeza na casa, levaram a bandeira que representa o candomblé, aí tiraram. Como não tinha ninguém para dar continuidade, a família não se envolve, não se envolvia, né, aí pegaram tudo, fizeram a limpeza da casa e elevaram. Vovô também não era responsável e só ela era do candomblé e não ele, então eles levaram tudo. Então a gente não tem vínculo nenhum com o candomblé. Então o pessoal que era Mãe de Santo dela, junto com os filhos de Santo vieram e fizeram toda a limpeza e levaram tudo, né. Eu não sei qual é o ritual que eles fazem depois de fazer a limpeza e leva todos os objetos, eu não sei o que é que eles fazem lá. Se eles jogam fora ou põem na casa que era Mãe de Santo dela, eu não sei como é que é, mais aí, acabou aí, porque ela faleceu. Então não tinha ninguém para tomar conta, porque o certo era ter um neto, uma filha, um filho para dar continuidade, né. Mas como não tem ninguém, aí o próprio pessoal vem e faz a toda a limpeza da casa.

Adriana lembra que o conhecimento da sua avó em relação às plantas medicinais¹⁸ foi um saber adquirido com o seu povo e ajudou a curar muitas pessoas.

Nada em questão do candomblé, ou de reza, ou de medicamento que às vezes ela, ela sabia muito porque a avó dela, que no caso era a minha tataravó era índia, então sabia muito não é? Sobre ervas, esses remédios, ela fazia xarope muito bom. Inclusive quando eu tive covid foi o que me sarou de verdade, o cansaço e tudo mais foi o xarope que ela fez. Mas assim, os filhos, netos, ninguém sabe rezar, sabe benzer, sabe levantar espinhela, né como ela sempre dizia que é essa dor que te no estômago, que é a espinhela e os médicos costumam dizer que é o diafragma, né. Mas ninguém, ninguém sabe. Então foi tudo junto com ela, a sabedoria dela, que ela tinha, foi tudo junto. Na nossa família não

¹⁸ É importante refletirmos sobre a representatividade que Dona Judite tinha no seio familiar. Adriana relata que como os filhos e netos da entrevistada são cristãos, não seguindo a religião de matriz africana, o ciclo familiar da Umbanda se encerrou com a sua avó. O que nos chama a atenção é sobre o respeito da neta em relação à avó, pois mesmo sendo evangélica ela não teve receio em comentar sobre o ritual realizado no terreiro. Além disso, ela demonstrou ter conhecimento sobre diversos objetos pertencentes aos rituais religiosos, fazendo menção aos mesmos durante o momento da entrevista.

tinha ninguém como estou te falando. Era mais a parte da família da mãe dela.

Sendo assim, mais um cliço de tradição oral, manifestações culturais afro-indígenas se encerra em uma sacerdotisa, para se manifestar em outro filho de santo, ou alguém que possivelmente esteve próximo à dona Judite aprendeu sobre os saberes ancestrais.



Figura 26- “Dona Judite e Senhor Pedro”
Fonte: Arquivo Adriana Cardoso

PRODUTO FINAL

O produto final da pesquisa é compreendido como sendo a materialização das histórias de vida de alguns moradores do Barro Preto que possibilitará a comunidade quilombola ter acesso aos aspectos históricos, culturais e religiosos vivenciados pelos seus moradores. Além disso, percebemos que o material produzido terá grande significado para as atividades pedagógicas desenvolvidas nas instituições escolares do município, possibilitando a aplicação especificamente da Lei 10.639 e da 11.645 que trata em seu art. 26, da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no currículo escolar, bem como a valorização das histórias, saberes e cultura locais.

Nesse sentido, essa necessidade de se produzir um material de caráter decolonial se faz ainda mais evidente, do ponto de vista lógico, quando se trata de Escolas Quilombolas, já que os estudantes poderão refletir sobre o papel do homem e da mulher negros e indígenas dentro da comunidade, podendo se interessar por essas histórias, bem como considerar quais são os valores culturais locais que precisam ser reconhecidos.

Partindo deste pressuposto, o intuito é possibilitar que as práticas educativas desenvolvidas na escola levem em consideração a história, cultura e religião de matriz africana preservadas pela comunidade quilombola, as quais serão registradas a partir da visão dos moradores.

Por fim, como sugestão de produto elaboramos a partir das histórias de vidas destes mestres e mestras do saber a compilação destas contranarrativas em formato PDF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promulgação da Lei 10.639 e 11.645 foi um marco no contexto escolar por regulamentar a obrigatoriedade do ensino e aprendizagem da cultura africana e indígena. Nesse sentido, nós que somos pertencentes às etnias não hegemônicas acreditamos que apesar de vivenciarmos muitas ações de racismo na sociedade, o trabalho antirracista nos currículos escolares contribui para a redução dos estereótipos.

Nesse sentido, o estudo decolonial desenvolvido durante esta investigação, proporcionou o aprendizado pautado na desconstrução do saber eurocêntrico, reforçando o aprendizado da filosofia da diferença, subvertendo os padrões pré-estabelecidos defendidos pela hegemonia. Sendo assim, foi possível questionarmos as verdades absolutistas, cientificistas, reguladoras do saber/poder, valorizando as diversas epistemologias baseadas no pensamento crítico, ético e humano.

A partir desta ótica, esta pesquisa evidenciou o conhecimento de uma comunidade que cultua a sua organização social, saberes políticos, religiosos e culturais baseados na sua história de vida e constituição social. Assim sendo, o exercício da cidadania, o pertencimento e a valorização das identidades tornam-se a essência da comunidade.

Na busca da implementação do ensino para as Relações Étnico-raciais precisamos pensar o ambiente escolar como local de resgate e respeito aos conhecimentos das comunidades tradicionais. De acordo com Moura (2005, p. 79), a escola precisa levar em conta o conhecimento diferenciado aprendido pelos estudantes no ambiente familiar, ensinado pelos avós, pais ou interação com o meio social.

Devemos realizar produções e discussões que na verdade minimizem os impactos negativos causados pelo sistema escravista na população negra. Ainda assim, devemos nos preocupar e lutar contra a forma de negação da contribuição do negro para a formação da sociedade brasileira. O epistemicídio ainda mata tanto quanto a violência física, porque ele é silencioso e anulador.

A pesquisa na comunidade quilombola me proporcionou ter acesso ao conhecimento dos griôs da comunidade, bem como registrar estas histórias para que essas contranarrativas sejam valorizadas e ressignificadas dentro do contexto escolar. Vale ressaltar que a contribuição dos moradores não deve ser vista apenas

como mero registro, mas que as mesmas sirvam como base para que outros trabalhos e ações sejam desenvolvidos em prol do reconhecimento da comunidade do Barro Preto como espaço de saberes e fazeres quilombolas.

Enfim, consideramos que garantir uma educação quilombola não é apenas elaborar leis e artigos que mencionem a forma de se trabalhar com a cultura e a história africana e afro-brasileira, mas sim é o de na prática oportunizar que o conhecimento, a história e as práticas ancestrais estejam presentes efetivamente nos ambientes escolares.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Waldir Ferreira de. **História de vida como metodologia de pesquisa: o relato de vida de um menino de rua da praça da república em Belém do Pará.** Margens, v.1, N. 2. Junho de 2004.
- AILTON, Domingos. **Antônio Burokô.** Ibicaraí, BA. Via Litterarum, 2015.
- ARAÚJO, Emerson Pinto. **A Nova História de Jequié.** Salvador: Assembleia Legislativa, 2017.
- ARAUJO, Débora Oyayomi. **Personagens negras na literatura infantil: o que dizem crianças e professores.** Curitiba: CRV, 2017.
- BORGES Luzineide. **O lugar do Feminismo Negro no Cotidiano de Mulheres de Axé.** Revista Pró-Discente. Vitória-ES, v. 26, n.1, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/prodiscente/article/view/31805>. Acesso em 02/03/2021
- CORAZZA, Sandra Maria. **Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos.** In: Caminhos Investigativos I: novos olhares na pesquisa em educação. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007.
- EVARISTO, Conceição. **Vozes Mulheres literatura Afro- Brasileira.** Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/24-textos-das-autoras/923-conceicao-evaristo-vozes-mulheres>. Acesso em: 03 de abril. 2021.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Foucault revoluciona a pesquisa em educação?** Perspectiva, Florianópolis, v. 21. n. 02, p. 371-389, jul/dez.2003.
- FRANCO, Lara Luisa Silva Gomes. **Educação quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola de São Domingos em Paracatu-MG /.** - 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2010.
- HAAL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Ed. 12ª. Lamparina, 2019.
- AILTON, Domingos. A enchente de 14 na memória popular. Jequié Repórter, Jequié, 09 de fev. 2014. Disponível em: <https://memoriasdejequie.wordpress.com/2014/02/09/a-enchente-de-14-na-memoria-popular/> (Acesso em 06/11/2020)
- GIESBRECHT, Ralph Mennucci. E.F. de Nazaré (1908-c 1967). Estações Ferroviárias do Brasil Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_ilheus/staines.htm acesso em 08/02/2021
- LIMA, A. J. ; SANTOS, J. C. . **Iyá Nla, a Grande Mãe: a liderança e a visibilidade das mulheres negras nas instâncias afro-religiosas.** Educação e Cultura Contemporânea, v. 17, p. 555-571, 2020.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MBEMBE, Achille. **A crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, Clóvis. **A História do Negro Brasileiro**. Série Princípios. 2ª edição. Editora Ática. São Paulo, 1992.

MOURA, Glória. O direito à diferença. In: MUNANGA (org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. p. 69-82.

MUNANGA, Kabengele. Educação e Diversidade. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira- FEUFF** (n 10). (Janeiro/junho, 2008-2010). Rio de Janeiro/Niterói.

_____ e GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016.

PRIORE, Mary Del. **Biografia: quando o indivíduo encontra a história**. Topoi, v. 10, n.19, jul.-dez 2009,p. 7-16.

RIBEIRO, David Willian Aparecido. Da escravidão à liberdade: irmandades negras paulistanas antes e depois da abolição. In: **Culturas africanas e afro-brasileiras em sala de aula**. Belo Horizonte, MG: Fino Traço Editora LTDA, 2013.

SANTOS, Amilton Pereira dos. **Pedagogia Quilombola como possibilidade de transgressão curricular**. Dissertação (Mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais).-Universidade Federal do Sul da Bahia. Porto Seguro, 2019. 106 p.

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **O que as folhas cantam** (para quem canta folha). Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa (INCTI), 2014.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos Santos. **Memória coletiva e teoria social**. Coimbra: ANNABLUME, 2012.

SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes Von. **Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da Unicamp**. Disponível em: <<http://www.lite.fe.unicamp.br/revista/vonsimson.html>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

SANTOS, Cristiane Batista Da Silva. **Cacau na canoa, negros no rio e contas no pescoço: labutar, festejar e crer no Camamuzinho-BA entre 1960 e 1990**. 2008.

_____ . **Entre o fim do império da farinha e início da república do cacau: negros em festas, sociabilidades e racialização no sul da Bahia (1870-1919)**. 2015.

WADE, Peter. Interações, relações e comparações afro-indígenas. *In*: FUENTE, Alejandro de la (et al.). **Estudos afro-latino-americanos: uma introdução**. 1a ed.- Ciudad Autónoma e Buenos Aires: CLACSO, 2018. (119-150).

APÊNDICES

APÊNDICE A- FORMULÁRIOS DAS ENTREVISTAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

QUESTIONÁRIO

LEVANTAMENTO DE DADOS PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA DE VIDA

O presente questionário tem como objetivo levantar dados para a pesquisa com moradores/moradoras do Barro Preto

O questionário a seguir faz parte da pesquisa HISTÓRIA ORAL: DECOLONIALIDADE DOS SABERES, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE NO QUILOMBO BARRO PRETO- JEQUIÉ/BA, para o Programa de Pós Graduação em ensino e Relações Étnico-Raciais- PPGER, da Universidade Federal do Sul da Bahia-UFSB.

Convidamos o (a) senhor (a) a fazer parte dessa pesquisa respondendo as seguintes questões.

1. Nome completo: _____
2. Devo ser identificado na pesquisa por: _____
3. Sexo: Masculino () Feminino () () Outro _____

Data de nascimento: _____/_____/_____

Local de nascimento: _____

4. Estado civil:

() solteiro (a) () casado (a) () divorciado (a)

() viúvo/a

Dados sobre o PAI:

5. Nome do pai: _____

- Local onde nasceu: _____
- Data de nascimento: ____/____/____ (se souber)
- Qual o tipo de trabalho que fazia? _____

Dados sobre a MÃE:

6. Nome da mãe: _____

- Local onde nasceu: _____
- Data de nascimento: ____/____/____ (se souber)

7. Tem quanto tempo morando no quilombo Barro Preto:

8. Tem filhos (as): () Sim () Não Quantos: () M () F

9. Você se considera:

() Indígena () Negro/a () Pardo/a

() Amarelo/a () Branco/a ()

Outro _____

10. Qual a sua profissão?

11. Que tipo de trabalho seus pais faziam?

12. Descreva a sua casa, sua vizinhança e a cidade onde nasceu.

_____ (BA), ____ de _____ de 2020.

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

APÊNDICE B- TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM E VOZ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Judite da Luz de Jesus,
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora Jeane Borges dos Santos a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada HISTÓRIA ORAL: DECOLONIALIDADE DOS SABERES, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE NO QUILOMBO BARRO PRETO-JEQUIÉ/BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Jequié (BA), 05 de dezembro de 2020.



Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO E RELAÇÕES ÉTNICO-
RACIAIS
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS- CEP/UFSB

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E SOM DE VOZ

Eu, Theresez Antonia de Souza,
autorizo livre e voluntariamente, a pesquisadora *Jeane Borges dos Santos* a obter fotografias, filmagens e/ou gravações de voz de minha pessoa para fins de pesquisa científica/educacional. Conheço a pesquisa intitulada HISTÓRIA ORAL: DECOLONIALIDADE DOS SABERES, MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE NO QUILOMBO BARRO PRETO-JEQUIÉ/BA, e concordo livremente em participar dela.

Concordo que o material e as informações obtidas relacionadas a minha pessoa possam ser publicados em aulas, congressos, eventos científicos, palestras, dissertações, teses e/ou periódicos científicos. As fotografias, vídeos e gravações ficarão sob a propriedade do/da pesquisador/a.

Jequié (BA), 04 de dezembro de 2020.

Theresez Antonia de Souza

Assinatura ou impressão datiloscópica do/da participante da pesquisa

SOBRE A AUTORA

Sou Jeane Borges, Mestranda em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela UFSB, Especialista em Literatura e Ensino de Literatura (UESB) e em Literatura o texto Infantojuvenil (UNEB). Sou professora e atuo na educação básica. Natural de



Jaguaquara morei em alguns municípios que tiveram o seu desenvolvimento associado à Estrada de Ferro Nazaré, a exemplo de Ubaíra, Santa Inês, Jaguaquara e Jequié. Cresci vendo como nós negros sofremos até hoje com os estereótipos relacionados à etnia. Foi com a educação quilombola que percebi a necessidade de aprofundar o ensino das Relações Étnico- raciais, educação escolar quilombola e a luta contra o racismo. Acredito na educação escolar como modificadora do sujeito. Entretanto, para que isto aconteça é necessário

desconstruir este currículo eurocêntrico que é à base do currículo da maioria das unidades escolares.